



**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TEMA:**

**MUKHERO EM MOÇAMBIQUE:**  
**Análise das Lógicas e Práticas do Comércio Informal**

**Autor:**

**Andes Adriano Chivangue**

*chivangue@gmail.com*

**ORIENTADORES:**           **Professora Doutora Joana Pereira Leite**  
**Professor Doutor Carlos Pestana Barros**

Lisboa, Abril de 2012

## **AGRADECIMENTOS**

*Khanimambo* (obrigado) aos meus orientadores, nomeadamente Professora Doutora Joana Pereira Leite e Professor Doutor Carlos Pestana Barros por terem puxado por mim quando pensei que já estivesse no limite do que podia dar para a realização deste trabalho. Obrigado pelas luzes e por me terem mostrado o caminho para o meu futuro “salto”.

Aos meus amigos do coração: Dra. Maria Isabel Ferreira (por ter cuidado de mim como a um filho); Catarina Neto (pela poesia, sobretudo, pelo futuro que floresce entre os teus dedos) e António Marcos Chimene pela camaradagem e as intermináveis caminhadas por esta grande Lisboa.

Finalmente, aos colegas do mestrado. *Khanimambo* a todos.

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado ao Nixon, Patrícia, Lénio e Ana Carla. Acreditem sempre que é possível.

## RESUMO

A presente dissertação analisa as lógicas e práticas dos agentes informais em Moçambique, concretamente as dos micro-importadores vulgarmente conhecidos por *mukberistas*. O estudo é feito com base em dois pressupostos teóricos, designadamente: a racionalidade diversa apresentado por Hugon (1999, 2000) e a teoria da acção fundamentada (*theory of reasoned action*) de Fishbein e Ajzen (2010). A questão central do trabalho é: *que percepções de riqueza e de pobreza decorrem da prática do mukhero?* Para responder a este problema recorre-se tanto aos resultados de um inquérito administrado para o efeito como a diversa bibliografia que versa sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Economia informal, pobreza, riqueza, políticas, Estado.

## ABSTRACT

The present dissertation analyzes the logics and practices of the informal operators in Mozambique, specifically the micro-importers commonly known as *mukberistas*. The study is supported by two theoretical frameworks, namely: rationality diverse, proposed by Hugon (1999, 2000) and the theory of reasoned action, presented by Fishbein and Ajzen (2010). The main core question of this works is: *which perceptions of wealthy and poverty can be found on those who perform mukhero?* To answer this problem we use not only the results from a survey held for this purpose but also bibliography about the subject.

**Keywords:** informal economy, poverty, wealthy, politics, state.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**AMIM** – Associação dos Micro Importadores de Moçambique

**ASSOTSI** – Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal

**BM** – Banco Mundial

**CMM** – Conselho Municipal de Maputo

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**ISPC** – Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes

**MPD** – Ministério da Planificação e Desenvolvimento

**PARP** – Plano de Acção para a Redução da Pobreza

**PARPA** – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PRSP** – Poverty Reduction Strategic Paper

# ÍNDICE

## Conteúdo

AGRADECIMENTOS.....	2
DEDICATÓRIA .....	2
RESUMO .....	3
ABSTRACT .....	3
LISTA DE ABREVIATURAS.....	4
ÍNDICE.....	5
<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>II. DA ECONOMIA INFORMAL AO INFORMAL EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>8</b>
1. Emergência e natureza do informal.....	8
2. Reflexões em torno do informal em Moçambique .....	10
2.1. O <i>Mukhero</i> .....	12
2.2. Economia informal, pobreza e políticas .....	15
2.3. Estado rendeiro, elite endinheirada e economia informal .....	19
<b>III. LÓGICAS E PRÁTICAS DOS MUKHERISTAS: análise estabelecida a partir dos resultados do inquérito.....</b>	<b>23</b>
1. Quadro teórico.....	23
2. Lógicas e racionalidade .....	25
3. Práticas e racionalidade.....	27
<b>V. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>29</b>
1. Discussão dos resultados.....	29
2. Conclusões.....	33
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>42</b>
1) Associações informais, controlo partidário e diálogo interinstitucional .....	42
2) Resultados do inquérito .....	43
3) Resultados das Regressões .....	46
<b>QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>49</b>

## I. INTRODUÇÃO

A presente dissertação discute as lógicas e práticas que caracterizam o comportamento dos micro-importadores em Maputo, vulgarmente conhecidos por *mukberistas*. Este estudo representa a continuação de esforços anteriores e poderá ter o condão de sistematizar o conhecimento já existente nesta área.

A pesquisa é orientada através dos seguintes objectivos: geral - perceber o comportamento dos praticantes do *mukbero* num contexto caracterizado pela pobreza generalizada e políticas sociais inconsistentes. Os objectivos específicos são: (1) descrever as lógicas e práticas dos *mukberistas* e suas percepções sobre as políticas sociais nacionais; (2) verificar a influência desta actividade na vida dos seus praticantes; (3) testar estatisticamente a capacidade da economia informal reduzir a pobreza ou gerar riqueza, (4) discutir o papel das associações do sector informal na organização e resolução dos problemas dos seus associados, num ambiente político marcado pelo controlo partidário.

O principal problema discutido nesta dissertação está sintetizado na seguinte questão: *que percepções de riqueza e de pobreza decorrem da prática do mukbero?* Para responder a esta questão foram elaboradas as seguintes hipóteses: (1) o comportamento dos agentes informais é condicionado por um contexto político e institucional caracterizado por uma governação neopatrimonial, em que os objectivos de desenvolvimento nacional estão reféns das ambições da elite dominante; (2) ainda que as políticas direccionadas ao combate a pobreza sejam ineficazes, esse facto não impede que os agentes ajustem o seu comportamento tanto para sobreviver quanto para gerar riqueza; (3) o *mukbero* é mais do que uma simples estratégia de sobrevivência, constituindo um negócio expresso de forma permanente.

Relativamente à metodologia foram seleccionados os métodos estatístico, a observação directa e a pesquisa bibliográfica. As técnicas eleitas são o inquérito e as entrevistas semiestruturadas. Usa-se a estatística para efectuar a testagem das hipóteses, recorrendo-se ao *Structural Equation Model* executado através do aplicativo STATA. De um universo de aproximadamente<sup>1</sup> 500, foram inquiridos 301 *mukberistas* e os questionários foram administrados aleatoriamente em seis mercados da Cidade de Maputo, nomeadamente “Mercado Grossista do Zimpeto”, “Mercado Mandela”, “Mercado Fajardo”, “Mercado Estrela Vermelha”, “Mercado Compone” e “Mercado Bazuca.”

---

<sup>1</sup> Os números avançados pelas associações estão muito acima do que se observa no terreno. O autor estimou o universo com base na realidade de cada mercado onde foi recolhida a informação.

A observação ocorre desde o período em que o autor vendia vegetais nos mercados “Central de Xai-Xai” e “Limpopo”, incluindo venda de bolinhos de feijão de confecção caseira nos passeios da cidade. É a partir deste momento em que surge o interesse por estudar a economia informal, tendo dado o primeiro passo durante a elaboração da monografia de final de curso de licenciatura em relações internacionais e diplomacia, período em que esteve durante um mês no mercado “Malanga” a observar e recolher dados sobre o fenómeno.

Para uma melhor compreensão das dinâmicas que caracterizam o *mukbero*, foram efectuadas seis entrevistas nomeadamente ao director dos mercados no Conselho Municipal de Maputo, três professores universitários que investigam sobre o informal em Moçambique e dois presidentes de associações que lidam com o *mukbero*. Para além das entrevistas e os resultados do inquérito, os argumentos do presente texto são consubstanciados com recurso a fontes secundários que incluem artigos de revistas científicas e de livros que versam sobre a economia informal, pobreza e políticas. Relativamente a instrumentos de governação em Moçambique foram analisados o Plano de Acção Para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014.

O trabalho apresenta quatro capítulos, sendo o primeiro a introdução, onde constam os aspectos metodológicos que alicerçam a pesquisa. O segundo capítulo procede com a revisão de literatura, cobrindo desde os aspectos mais gerais sobre a economia informal, passando pela informalidade em Moçambique, apresentação de algumas dinâmicas que caracterizam o *mukbero*, as ligações entre a economia informal, pobreza e políticas, terminando com uma breve reflexão sobre a natureza do Estado, da elite e sua relação com o informal<sup>2</sup>. O terceiro capítulo apresenta o quadro teórico e discute as lógicas e práticas dos *mukberistas*, evidenciando as ligações que tal fenómeno possui com os postulados teóricos orientadores do trabalho. Finalmente, o quarto capítulo, discute os resultados do inquérito e apresenta as conclusões.

---

<sup>2</sup> Em anexo encontra-se disponível uma brevíssima reflexão a respeito do papel das associações que tutelam a prática desta actividade.

## II. DA ECONOMIA INFORMAL AO INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

(Revisão de literatura)<sup>3</sup>

### 1. Emergência e natureza do informal

A literatura testemunha duas abordagens no estudo da economia informal. A primeira é de carácter puramente económica e ligada às teorias do mercado de trabalho e a segunda é de natureza socioeconómica e prende-se com os determinantes institucionais e políticos que configuram este fenómeno. O *mukhero* é estudado nesta última vertente, pois vai de encontro à definição de informalidade que informa o presente texto.

Para começar faz-se uma distinção conceptual, dentro da economia informal legítima, entre aquelas actividades ligadas à mera sobrevivência das que possuem um grande potencial para influenciar positivamente o crescimento. No primeiro encontram-se agentes com rendimento abaixo do salário mínimo. A pobreza e o desespero pela manutenção da vida constituem o principal motivo para a existência de tal actividade. A segunda categoria – constituída por micro empresas de pequenos negócios – muitas vezes envolve apenas o proprietário e alguns membros da família. Estas micro-firmas não gozam de qualquer espécie de licenciamento e funcionam na forma rudimentar. São estas que têm potencial de florescer e passar a grandes empresas formais (Rogerson 1996, Byiers 2009).

Startiene e Trimonis (2010,277-279) sugerem que a economia informal resulta de impostos elevados e péssimo bem-estar social, acrescentando que se trata de um “*mercado secundário onde ocorrem transacções que poderiam ser possíveis no formal mas seriam taxadas*”, situação que gera a necessidade de praticar essas operações longe do encalce da lei. O argumento destes autores é consistente com a assunção de Chen (2007,80) segundo o qual “*muitos proprietários de empresas informais operam de forma semilegal ou ilegal devido ao ambiente regulatório que é muito punitivo, desajustado ou simplesmente não existente.*”

Existe também a perspectiva de Gough, Tiplle e Napier (2003) que associam o surgimento do sector informal ao aumento da população urbana e da consequente procura pelo emprego, bens e serviços que crescem mais rapidamente do que a média nacional, a ponto de o mercado laboral formal não conseguir absorve-los. Além do mais, os anos de ajustamento estrutural e correspondente redução do emprego na função pública

---

<sup>3</sup> Veja-se em anexo secção complementar à revisão de literatura intitulada “Associações informais, controlo partidário e diálogo interinstitucional.”

diminuíram as oportunidades nas áreas urbanas, sendo o sector informal que compensa as falhas do formal.

Próximo da linha de raciocínio anterior está Byiers (2009) quando indica que a predominância das microempresas informais nas economias dos países em desenvolvimento constitui um sintoma de aspectos tais como altos custos de transacção, altos níveis de risco das firmas, fraca base fiscal, pobres fluxos de informação, altas e complexas barreiras regulatórias e existência de oficiais governamentais corruptos.

A pressão exercida pela força de trabalho excedentária na procura de emprego, quando este em termos de sector moderno é escasso, constitui a hipótese explicativa de Tokman (2007). Este autor argumenta que o resultado acaba por ser uma busca de soluções de baixa produtividade e rendimento através da produção e venda de qualquer coisa que permita aos desempregados sobreviverem. Acrescenta ser a lógica de sobrevivência o principal factor que leva ao desenvolvimento de actividades informais.

Não obstante, esta última generalização é contestada pela assunção de que a economia informal é segmentada e há evidências de no seu seio existirem diferenças de rendimento (Chen 2007, Mosca 2010). Esta acepção não é nova, pois autores como Nyssens e Linder (2000,178) já a colocaram anteriormente como se pode ver no excerto seguinte: *“os segmentos que compõem a economia informal são altamente diferenciados, indo desde actividades orientadas para a sobrevivência até as que testemunham substancial crescimento.”*

Uma explicação alternativa é fornecida por Hart (1973) quando sugere que a causa do sector informal está intimamente ligada aos baixos salários auferidos no sector formal, o que obriga os agentes a procurarem alternativas de acréscimo de rendimento. Esta constatação também é limitada, pois alguns segmentos da economia informal só se espelham parcialmente nela, sendo o *mukhero* um dos casos. A maioria dos *mukheristas* tem esta actividade como única alternativa de auto-emprego, não possuindo outra forma de obtenção de rendimento.

Relativamente à natureza da economia informal, grande parte dos autores fala de uma crescente heterogeneidade, caracterizada por micro-empresas de auto-emprego que operam à margem da lei (evitando pagar taxas ou impostos), existência de poucas barreiras à entrada (devido às baixas qualificações académicas), acesso limitado ao crédito formal e capital necessário conseguido através de familiares e amigos e aprendizagem informal. Nesta actividade a produção, consumo, investimento e reprodução estão a tal ponto

interligadas que não permitem o cálculo de lucros (Gulyani e Talukdar 2010, Harriss-White 2010, Sindzingre 2007, Alder 1995).

## 2. Reflexões em torno do informal em Moçambique<sup>4</sup>

O Instituto Nacional de Estatística define o sector informal em Moçambique como sendo “*todas as actividades não registadas, ou registadas apenas no Município, ou junto à Administração Distrital ou Local, não possuindo portanto autorização por parte das autoridades fiscais para o exercício da sua actividade e empregando não mais de 10 trabalhadores*” (Tembe 2009,92).

O primeiro inquérito realizado pelo INE em 2005 aponta que 75% da população economicamente activa em Moçambique tem emprego informal (INE 2006). Esta avaliação fica aquém das projecções efectuadas na monografia de Francisco e Paulo (2005) que fala de 90%. Por outro lado, Byiers (2009) cita um documento do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) quando este refere que a actividade informal no país representou 41% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 e 40% em 2004. O autor faz referência aos valores avançados por Scheider<sup>5</sup> que situam o contributo da economia informal no PIB na ordem dos 42.4%. E acrescenta que as estimativas das autoridades relativamente à força de trabalho urbana que opera no informal são de 68%. Mas, como iremos apresentar nos próximos parágrafos, a contribuição do sector informal para o PIB aumentou bastante nos anos mais recentes.

Em termos de perfil demográfico do informal urbano, pode referir-se o facto de tratar-se de pessoas com baixos níveis de escolaridade, de agregados familiares constituídos por mais de cinco elementos, representando o sexo feminino o género mais dominante. O segmento mais extenso é o dos vendedores ambulantes que comercializam diversos tipos de bens, desde cosméticas a produtos alimentares de confeção caseira.

Aparentemente, o desemprego constitui o elemento de pressão social que impele estes indivíduos a desenvolverem uma actividade de geração de rendimento. A fraca competitividade das suas qualificações académicas, tanto no sector público quanto no

---

<sup>4</sup> Sobre a economia informal em Moçambique veja-se os seguintes autores: Barreau-Tran (2011), Mosca (2010), Byiers (2009), Cirilo (2009), Lopes (2007), Chivangue (2007), Francisco e Paulo (2006), INE (2006), Piepoli (2006), Batista, Rungo e Navalha (2001), Chichava (1998), Macamo (1999), Abreu e Abreu (1996), Arnaldo (1996), Gumeta (1994), Sandhap (1994), Vletter (1992).

<sup>5</sup> Schneider, F., (2007), “The Size of the Shadow Economies of 145 Countries all over the World: First Results over the Period 1999 to 2003”, *Journal of Population Economics*, Vol. 20 (3), pp495 – 526.

privado, poderá constituir um dos elementos explicativos da opção destes operadores pela actividade informal. Em termos gerais, o informal pode ser visto como consequência de uma governação pouco inclusiva e do carácter excessivamente punitivo do ambiente regulatório nacional, o que contrasta com o consenso politicamente estabelecido sobre a necessidade de acarinhar-se este sector.

Quanto ao surgimento do sector informal em Moçambique, Baptista-Lundin (2003, 2011), Francisco e Paulo (2006) apontam para o período da economia centralmente planificada, enquanto Chichava (1999) coloca o marco da sua emergência no período colonial. Por seu turno, Mosca (2011) situa o fenómeno nos anos 1980, associando-o à crise de escassez que na época atravessava a economia moçambicana motivada pela quebra da produção. Esta situação, ocorrendo num contexto em que a guerra civil vitimizava o país, gerou um fenómeno altamente reprimido pelo Estado Socialista, vulgarmente conhecido por *candongas*, e que resultava da fuga de produtos do mercado formal para o sector informal.

Com a liberalização da economia, através da introdução dos programas de Estabilização e Ajustamento<sup>6</sup> sob a égide do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), a economia informal alargou-se passando a ganhar cada vez maior importância como opção de busca de rendimento adicional, emprego ou mesmo estratégia de sobrevivência. Aliás, estas medidas do “Consenso de Washington” previam que a liberalização permitiria a transformação dos operadores informais em pequenos e médios empresários, entretanto estas previsões não se concretizaram. Francisco e Paulo (2006,39) argumentam que *“o que o PRE fez foi converter parte da economia nacional reprimida em economia informal consentida.”*

Em meados dos anos 1990 o governo incentivou os operadores informais a organizarem-se em associações mas apesar disso, a sua abordagem no tratamento dos vendedores de rua e outros agentes económicos do informal continuou a ser de índole persecutória, sobretudo por parte das autoridades municipais. Tal como iremos discutir em pormenor mais adiante, as acções dos agentes governamentais para além de politicamente incongruentes ocorrem de forma sectorialmente desconcertada, o que, em nosso entender, limita a possibilidade de Moçambique poder vir a beneficiar dos aspectos benéficos da economia informal.

---

<sup>6</sup> Para maior aprofundamento veja-se Abrahamsson e Nilsson (1998), Castel-Branco (1994), Oppenheimer (2006), Oppenheimer e Raposo (2002), Oppenheimer e Carvalho (1998).

## 2.1. O *Mukhero*

O *mukhero*<sup>7</sup> pode ser definido como actividade de micro-importação informal<sup>8</sup> caracterizada pela travessia da fronteira de Ressano Garcia para África do Sul, local onde os *mukberistas* compram diversos bens para posterior revenda, geralmente a grosso, nos mercados de Maputo. Neste trabalho os praticantes desta actividade são classificados como micro-empresários informais. Entretanto, é importante referir que esta definição está na sua forma simplificada, dado que centrada apenas no propósito da presente análise. Na realidade, o *mukhero* pode também situar-se na categoria do comércio transfronteiriço informal. Com efeito, fenómenos semelhantes ocorrem um pouco pelas principais zonas fronteiriças do país, com destaque para Machipanda, cujo comércio transfronteiriço leva a designação de *Madjolidji* ou *juniper border*<sup>9</sup>.

Note-se que, dado a sua natureza o *mukhero* pode também encaixar-se em duas subclassificações das tipologias de oportunidades legítimas de busca de rendimento nas zonas urbanas apresentadas por Hart (1973,69-71), nomeadamente as “empresas terciárias” e “distribuição em pequena escala”. A primeira representa o pico das actividades informais legítimas e é praticada por indivíduos que acumularam poupanças por meios alternativos e reinvestem-nas em diversas actividades. A segunda diferencia-se da primeira através da posição do operador na cadeia de distribuição do bem que transacciona: alguns são transportadores, outros compram bens para sua posterior revenda, outros ainda são fornecedores de crédito a retalho em pequenas quantidades. Todos mantêm uma atitude flexível em relação ao seu papel de vendedor e estão aptos a mudar de um bem ou actividade para outro, ou combinar várias actividades.

O conjunto de actividades que compõem o *mukhero* pode ainda ser classificado em seis categorias, nomeadamente frescos (inclui produtos de origem agrícola como batata, cebola, repolho, alho, tomate, fruta, etc.), diversos (leite, cremora, milo, óleo de cozinha,

---

<sup>7</sup> Etimologicamente, a palavra *mukhero* resulta da corruptela da expressão inglesa “carry”. Na fronteira de Namaacha, os estrangeiros que estivessem a efectuar a travessia a pé pediam aos nativos que os ajudassem com as pastas e depois davam uma gorjeta. Rapidamente esta prática generalizou-se e os locais passaram a designá-la por *mukhero*. Esta expressão começou a ser usada também pelos nacionais que atravessavam a fronteira para comprar diversos bens, uma parte para o consumo e outra para revender. Para maior aprofundamento veja-se Chivangue (2007).

<sup>8</sup> No presente texto o termo informal prende-se com a ausência de registo da actividade junto das autoridades formais competentes e ao processo de passagem pela fronteira, em muitos casos, caracterizada por procedimentos semilegais ou mesmo ilegais.

<sup>9</sup> Para mais sobre comércio transfronteiriço em Moçambique veja-se Macamo (1999) e Batista, Rungo e Navalha (2001)

trigo, ovos, sumos, iogurtes, etc.), loiça (artigos de plástico, porcelana, vidro, etc.), produtos de beleza, roupa e bebidas (Chivangue 2007). Actualmente observam-se também importações informais a partir da China, donde alguns *mukberistas* trazem, de entre diversos bens, material de escritório, mobília de sala, loiça sanitária, etc.<sup>10</sup>

Um aspecto relevante tem a ver com a forma como os operadores informais percebem as possibilidades de ter emprego no sector formal. Na impossibilidade de praticar o *mukhero*, os micro-importadores estariam dispostos a trocar a sua actividade informal, deixando rendimentos relativamente mais altos de outras actividades da mesma natureza, para obter a segurança que o emprego formal proporciona.

Esta tendência é também encontrada em autores como Iyenda (2005,65) quando refere que 79% dos operadores informais de Kinshasa abandonariam o que fazem por um emprego seguro e bem pago no formal. As mesmas conclusões, em diferentes graus, podem ser encontradas em Heintz e Pollin (2003), Peberdy (2000), Macamo (1999) e Hart (1973). Maloney (2004,1163) acrescenta o facto de os operadores informais “*poderem entrar no emprego formal inicialmente como meio de acumular capital humano.*”

Contrariamente à noção de estudiosos tais como Lyons e Snoxell (2005) segundo os quais outros membros da família entram para o sector informal como operadores através dos que já lá existem, no *mukhero* não se observa esta prática. É quase inexistente uma situação de um empregado de *mukberista* que possua laços de parentesco próximos do seu patrão. A maioria dos agentes é proveniente de outras actividades informais, tendo evoluído gradativamente. Isto é consistente com as análises de Chen (2007), Maloney (2004) e Heintz e Pollin (2003). Sob ponto de vista de experiência de emprego anterior, o sector informal “*não absorve simplesmente ou mesmo primariamente os desempregados do sector formal*” (Maloney 2007,1163).

Outro aspecto que vale a pena discutir está relacionado com as diferenças de rendimento entre os sectores formal e informal e as relações dinâmicas que condicionam os agentes tanto dum quanto doutro sector. Nzatuzola (2006), numa análise da informalidade em Angola, menciona um estudo do PNUD<sup>11</sup> que revela serem os salários médios no sector informal maiores que no formal. Macamo (1999,26) já fizera referência a este

---

<sup>10</sup> As importações a partir da China feitas por operadores informais já começaram a ser estudadas, sendo o artigo dos autores Lyons e Brown (2010) um exemplo ilustrativo. Estes autores analisam a integração dos operadores informais nas redes globais de oferta e a sua influência na redução da pobreza urbana na África Subsaariana.

<sup>11</sup> PNUD (1997): *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Angola.

aspecto para o caso de Moçambique, tendo concluído que “*os comerciantes informais têm sido capazes de satisfazer as suas necessidades básicas enquanto as pessoas com emprego no sector formal, auferindo salário mínimo, mal se aguentam.*”

Embora existam diferenças de rendimento que devam ser acauteladas, o *mukhero* parece enquadrar-se na lógica do que foi dito no parágrafo anterior, pois se se tiver em conta as habilitações literárias destes operadores, muitos ao nível mais elementar, pode-se constatar que no sector formal teriam muito menos rendimento do que conseguem desenvolvendo esta actividade. O salário mínimo na Função Pública em Moçambique está fixado em torno de 2500 meticais quando a média de rendimento entre os *mukberistas*, por exemplo do sector de frescos, aproxima-se de 8000 meticais. O salário mínimo dificilmente consegue cobrir o cabaz de bens essenciais que permite a uma família de cinco membros manter-se durante um mês.

Entretanto, é preciso não deixar de lado o facto de, em termos gerais – no que concerne a todos os segmentos do informal em Moçambique - muitos operadores informais preferirem sua actual actividade em vez de um emprego assalariado. O estudo da *War on Want* (2006) indica que “*60% dos inquiridos em Maputo mencionaram preferir suas actuais ocupações na economia informal do que um emprego pago*” (*War on Want* 2006,25).

O processo de travessia pela fronteira constitui outra das questões relevantes para este trabalho. Embora muitos operadores afirmem passá-la legalmente os elementos de que dispomos demonstram que tal não corresponde à realidade dado que essa passagem opera-se de forma semilegal ou mesmo ilegalmente. Note-se que os próprios presidentes das associações informais confirmam este facto. No caso das mulheres, situações há em que algumas são forçadas a relacionar-se sexualmente com os agentes das alfândegas como forma de pagamento adicional ao suborno exigido pelos mesmos, conforme atesta o seguinte excerto de Baptista-Lundin e Taylor:

*Nenhuma de nós possui um passaporte ou visto válidos, atravessamos a fronteira através da cerca. Temos arranjos especiais com os oficiais: “pagamos e eles não nos vêem”. Apesar disso, o acordo nem sempre é respeitado porque muitas vezes pagamos e eles apanham-nos à mesma. Quando isso acontece, não temos alternativa senão pagar outra vez, muitas vezes com serviços sexuais para mais do que um deles, caso contrário corremos o risco de perder a nossa mercadoria ou sermos presas. O mukhero não é um negócio fácil, mas da maneira como o vejo agora constitui a única alternativa para nós sobrevivermos (Baptista-Lundin e Taylor 2003,99).*

A justificação para este tipo de procedimento prende-se com as altas taxas aduaneiras em vigor e que estimulam os agentes alfandegários a engajarem-se em comportamentos de procura de renda, desincentivando os *mukberistas* a pautarem-se pela

legalidade. Como forma de ultrapassar este bloqueio, a Autoridade Tributária e as associações dos micro-importadores acordaram novas taxas de referência para a importação de principais produtos, tendo-se estabelecido o valor de até 50% do preço de compra de cada produto (Mapote 2012,02).

## 2.2. Economia informal, pobreza e políticas

Uma vez esgotado o grande entusiasmo, a que se seguiu uma certa frustração<sup>12</sup>, quanto à possibilidade da economia informal poder vir a gerar desenvolvimento, a tónica do discurso académico passou a concentrar-se na capacidade daquele sector reduzir a pobreza ou gerar riqueza (leia-se Gulyani e Talukdar 2010, James Heintz 2010, Tokman 2007, Hart 1973). Entretanto, este argumento não parece ser unanimemente partilhado. Por exemplo, Francisco e Paulo (2006,02) referem que esta *“presunção, por mais plausível que possa parecer, à primeira vista, não deve ser imediatamente tomada como óbvia, incontroversa e dispensável de fundamentação.”*

Esta reserva é reforçada por Iyenda (2005) quando compara o rendimento mensal e as despesas dos operadores de Kinshasa, tendo verificado que estes agentes estão longe de escapar à pobreza crónica. Acrescenta ainda que suas actividades económicas nas ruas não lhes permite melhorar as suas condições de vida. Muitos deles permanecem em situação de profunda pobreza e de grande precariedade, caracterizada por péssima alimentação, saúde débil, altas taxas de mal nutrição e de mortalidade infantil, fraca educação das crianças, água salobre, falta de electricidade e saneamento.

No caso moçambicano, Mosca (2010,84) questiona se o comércio informal não será *“um factor de alívio da pobreza a curto prazo que a governação cria, em benefício da concentração da riqueza, da manutenção de uma crise de intensidade suportável e que termina por comprometer o crescimento estável a longo prazo?”* Esta questão denota uma preocupação com o desenvolvimento económico em termos globais e o autor sugere que, numa situação em que o crescimento económica não resulta em *spillover effect*, a economia informal poderá estar a ser usada pela elite governante como uma esponja atenuadora de potenciais conflitos sociais que ocorreriam na sua ausência.

---

<sup>12</sup> Embora K. Hart (2010) continue bastante optimista. Num recente artigo, o autor fala da necessidade de se organizar a economia informal para que esta sirva de rampa de lançamento para o crescimento económico sustentado nas próximas décadas. No entanto, até ao momento os estudos mostram uma fraca ligação entre as actividades do sector informal e crescimento económico.

Apesar da apreensão que a questão suscita no meio académico local, o facto é que as autoridades governamentais reconhecem o papel decisivo do sector informal e das pequenas empresas no desenvolvimento da economia moçambicana<sup>13</sup>. Entretanto, pouco ou quase nada tem sido feito sob o ponto de vista de políticas no sentido de maximizar as suas potencialidades. As poucas abordagens existentes são totalmente desarticuladas da realidade estruturante deste sector. Muitos oficiais governamentais continuam a achar que o informal irá integrar-se no formal através da aplicação escrupulosa dos dispositivos legais. A entrevista efectuada ao director dos mercados do Concelho Municipal de Maputo (CMM) é reveladora dessa falta de clarividência

*Quando falamos da formalização, estamos a dizer que eles [operadores informais] devem passar a ser tributados. O Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes vem justamente apanhar esta gente. [...] Acontece que hoje o país está muito informalizado. Grossa parte do comércio é informal e nós precisamos de dinheiro, por isso temos de incentivar esta contribuição (Monteiro 2011).*

Ainda sobre a percepção das autoridades estatais em relação ao comércio informal, Macamo (1999,26-27) salienta que “79% dos oficiais públicos entrevistados são de opinião que o comércio informal transfronteiriço devia ser formalizado, referindo-se ao registo da actividade.” Como já se referiu, a noção de formalização que estes agentes estatais têm prende-se com o acto de registo da actividade, ignorando que são os diversos constrangimentos ligados ao funcionamento da burocracia que acabaram por exercer um efeito *crowding out* de alguns operadores hoje informais. Mais, de acordo com Byiers (2009), “*existe um trade-off de custo e benefício para a formalidade, sendo que o actual sistema oferece insuficientes benefícios para a formalização, considerando o custo envolvido.*”

Outro exemplo da ausência de uma estratégia concertada para lidar com a informalidade em Moçambique pode ser encontrado na recente pretensão da Autoridade Tributária de “*envolver o sector informal na economia nacional através de cobrança de impostos*” (Frades 2011,05-06). Se se considerar a fuga ao fisco um dos comportamentos que caracterizam o agente informal, é expectável que esta medida não atinja os objectivos pretendidos pelas autoridades estatais.

Por outro lado, a proliferação de taxas e impostos, incluindo o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), não fará mais do que criar confusão entre os operadores e incrementar a aversão ao fisco. Aliás, Byiers (2009) refere que o ISPC

---

<sup>13</sup> Veja-se o artigo publicado no *mediaFAX* de 14.06.11 em que o vice-governador do Banco de Moçambique, António Pinto de Abreu, refere ser “importante que o Governo continue a apostar no sector informal, criando outros mecanismos de financiamento e iniciativas de promoção das MPME’s.”

continua a representar um regime de imposto punitivo para aquelas firmas que trabalham com pequenas margens. Ou seja, este imposto não considera as diferenças existentes dentro da economia informal, o que poderá ter impacto no que toca à vontade dos agentes em declarar as suas vendas à medida que se forem aproximando do volume de negócios passíveis de serem taxados.

No que se refere à influência das políticas públicas e sociais no *mukhero*, estes agentes estão cientes da incapacidade ou falta de vontade do governo em transformá-los em parte do processo produtivo da economia nacional. Esta percepção é consistente com a análise de alguns estudiosos moçambicanos, pois a maior parte refere existir um desfazamento entre a acção política e a realidade objectiva do país (Baptista-Lundin 2011, Francisco 2011). E Mosca (2010,96) salienta que a economia informal é gerada por “*políticas públicas desajustadas e debilidades institucionais*” em que o Estado aparece como um dos principais causadores de informalidade.

De acordo com Hugon (1999) a evolução futura do sector informal “*permanece, todavia, fortemente ligada, quer à acção do Estado, que deve suportar o funcionamento do seu meio envolvente, quer ao dinamismo do sector moderno (fornecimento de inputs e de canais de escoamento)*.” Ora, em nosso entender tal só é possível quando existe uma visão clara sobre os caminhos a seguir para o desenvolvimento, o que não parece ser o caso de Moçambique. O que nos leva a reter a pertinência do argumento de Castel-Branco (2011,20) quando afirma, ao questionar a capacidade dinamizadora do Estado, que a preferência do Governo se centra na “*manutenção dos altos níveis de ajuda como estratégia de sobrevivência política num contexto de pobreza generalizada e de acumulação primitiva*.”

Na esteira da questão acima colocada, Soderbaum (2007,170-172) aponta para o facto da elite governante não possuir nenhuma estratégia para mobilizar e utilizar os recursos humanos e as iniciativas empreendedoras inerentes à economia informal. Para este autor, “*o desafio das políticas formais é desbloquear, em vez do contrário, o potencial deste sector*”. É nesta linha de raciocínio que Lyons e Snoxell (2005,1318) sublinham a necessidade de utilização de uma “*abordagem participativa no desenvolvimento e adopção de políticas de formalização e que essas políticas almejem ser conservadoras da fábrica social*.” Entretanto, Chen (2007) chama atenção para a complexidade do fenómeno, mostrando-se céptica quanto à possibilidade de formalização devido à grande segmentação da economia informal.

Os instrumentos de governação em Moçambique enfermam de desarticulações diversas e contradições notórias, o que acaba por se evidenciar no tratamento que se dá ao informal. Essa espécie de desorganização política já foi, noutra género de discussão, apresentada como sendo o resultado da ausência de um projecto de desenvolvimento nacional coerente, aliada à natureza neopatrimonial do regime (Forquilha e Orre 2011, Forquilha 2009, Hanlon e De Renzio 2007, E. Macamo 2006). Uma das mais recentes medidas com o objectivo de estimular as iniciativas empreendedoras distritais – os Sete Milhões de Meticais – é vista pelo meio académico local como intensificadora da natureza informal da economia nacional e, sobretudo, que alimenta as hostes do partido no poder através de mecanismos de patronagem e clientela (Sande, 2011).

No que concerne à política, Francisco e Paulo referem que

*lendo os recentes instrumentos do Governo, tais como o Programa do Governo, Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA 2006-2009, ou PARPA II) a questão da informalidade no seu todo é marginalizada e quando explicitamente mencionada, reduz-se ao mercado convencional, considerando como foco da economia informal, o mercado de trabalho (2006,100).*

A mais recente versão do PARPA<sup>14</sup>, o PARP 2011-2014, apresenta as mesmas contradições e insuficiências dos anteriores documentos. Embora assuma que a maioria da população moçambicana depende do informal, sugere que esta deverá ser integrada no formal através da criação de emprego, o que passa pela captação do investimento estrangeiro, sobretudo ligado aos megaprojectos, situação à qual Söderbaum (2007) se refere como uma forma ingénua de pensar o desenvolvimento. Guha-Khasnobis, Kanbur e Ostrom (2007,09) acrescentam que “*com a estratégia de desenvolvimento de Moçambique a mostrar uma obsessão pelos megaprojectos, o sector informal é visto quase como um entrave do que como potencial para o crescimento*”.

O mais interessante neste debate é a existência dum paradoxo evidente sob ponto de vista de contribuição para o fisco por parte dos megaprojectos e da economia informal. Dados recentes apresentados pela Autoridade Tributária de Moçambique mostram que enquanto os megaprojectos só contribuíram com 4% em 2011, a economia informal

---

<sup>14</sup>Moçambique aderiu às Instituições de *Bretton Woods* em 1984. Em 1987 iniciou com o programa de estabilização e ajustamento estrutural, nessa altura designado Programa de Reabilitação Económica (PRE). Em 1989 os doadores introduziram a dimensão social, passando o PRE a designar-se PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social. No âmbito da iniciativa HIPIC e do perdão da dívida, em 1999 o país apresenta a sua estratégia de combate à pobreza num documento intitulado “Linhas de Acção Para a Erradicação da Pobreza Absoluta. Este documento constitui o primeiro passo para a elaboração, em 2001, do seu primeiro *Poverty Reduction Strategic Paper* (PRSP), com a denominação de Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I) com a duração de quatro anos. Em 2006 passou para o PARPA II e em 2011 para a mais recente versão, PARP (Plano de Acção Para Redução da Pobreza).

contribuiu com 70% (Saúde 2012). Os grandes projectos, para além de expatriarem os lucros e gozarem de muitos incentivos fiscais (Castel-Branco 2010), são geradores de exclusão social e desigualdade (Mosca 2011) na medida em que criam muito pouco emprego e não têm ligações com o resto da economia.

Ainda na sequência das fragilidades que os documentos ligados ao combate à pobreza denotam, Francisco (2010,63) reitera que “*o problema, todavia, surge quando o Governo circunscreve suas políticas públicas a objectivos de curto prazo. [...] Por esta razão, entre outras, têm surgido críticas às políticas de desenvolvimento em torno de programas como o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA).*” O autor cita Jeffrey Sachs, numa visita que efectuou a Moçambique, ocasião em que este referiu que o PARPA constituía uma “*rendição à pobreza e não um objectivo a alcançar.*”

O Governo de Moçambique centra os seus esforços e objectivos na promoção do crescimento económico, assumindo que esse crescimento *per se* irá automaticamente reduzir a pobreza. Wuyts (2011,01) questiona esta abordagem colocando a importância dos preços relativos e referindo que “*o crescimento do PIB per capita não é sempre equivalente à melhoria dos níveis de vida.*” Como que a consubstanciar o argumento anteriormente colocado, Guente (2011) cita o relatório do FMI quando este aponta o facto de o crescimento económico de Moçambique não beneficiar os pobres.

Acrescente-se ainda que o facto de o principal instrumento de governação – o PARPA – não resolver as causas imediatas da pobreza, sugere que este documento constitui apenas parte dos requisitos para a obtenção de financiamento externo. O Estado demitiu-se do seu papel e, segundo Baptista-Lundin (2011), sempre que as pessoas podem contorná-lo fazem-no, pois os agentes da burocracia, por diversas razões, estão destituídos de ética e moral, o que torna custosa a interacção entre aqueles e o cidadão. O informal representa uma das expressões desse conflito. Assim, o caso moçambicano parece constituir evidência para a reflexão de Corwall e Brock (2005) que enquadram o conceito de redução à pobreza nas “*buzzwords*” da política de desenvolvimento.

### **2.3. Estado rendeiro, elite endinheirada<sup>15</sup> e economia informal**

A base da economia formal de Moçambique assenta essencialmente nas rendas dos megas projectos e da ajuda externa. De facto, mais de 50% do orçamento geral do Estado é

---

<sup>15</sup> Tomamos de empréstimo a expressão “endinheirado” ao escritor Mia Couto.

financiado pelos doadores enquanto os megaprojectos constituem uma espécie de “saco azul” da elite governante<sup>16</sup>, situação que, segundo Moyo (2009), abre espaço para a politização da vida e empobrecimento das comunidades africanas, sugerindo uma ruptura e adopção de outras estratégias de financiamento das economias do continente.

Em Moçambique, a politização da vida pode ser vista como uma redoma através da qual o partido dominante se protege de eventuais competidores políticos. Esta estratégia é alimentada por mecanismo de cooptação das lideranças comunitárias e por meio de patronagem numa cadeia de clientelismos sustentada pela Frelimo. Todavia, o número crescente de abstenção nos pleitos eleitorais parece constituir um escape à *ditadura do não dito* que inibe as pessoas de expressarem as suas opiniões sobre a governação<sup>17</sup>.

Embora Jason Sumich (2008) tenha usado a elite política e a classe média moçambicanas para criticar a tese do neopatrimonialismo apresentada pelos autores Chabal e Daloz (1999), parece-nos inegável a existência de alguns elementos apontados por estes estudiosos. Efectivamente, um dos pressupostos desta abordagem é de que “*o Estado africano é ilusório e substancial. Ilusório porque seu modus operandi é essencialmente informal, o cumprimento da lei fraco e a implementação das políticas públicas limitada. É substancial no sentido em que o seu controlo constitui o prémio para todas as elites políticas. [...] O sector público está na realidade apropriado por interesses privados, o que consequentemente personaliza os serviços públicos através de clientelismos e nepotismo*” (Chabal e Daloz 1999, 09).

Parte substancial da realidade moçambicana encaixa na descrição acima referida, pois para além de o partido Frelimo apresentar células nas instituições públicas, a ocupação de cargos de direcção é feita mediante adesão àquele partido e em período de eleições utiliza os bens do estado em proveito próprio. Práticas desta natureza não terminam aqui, podendo referir-se ainda à promiscuidade existente entre a política e negócios, havendo casos de captura de regulação e distorção de alguns sectores do mercado.

Com efeito, a partidarização das instituições é um vestígio da época do partido-estado durante a vigência da economia centralmente planificada e de períodos mais recuados, como seja a luta de libertação nacional quando o movimento FRELIMO desenvolveu a sua primeira experiência de gestão nas zonas libertadas. Assim, tudo indica que a partidarização de quase todos os aspectos da vida em Moçambique é mais do que

---

<sup>16</sup> Veja-se o artigo “As Luvas de Guebuza segundo o *Wikileaks*” publicado no jornal *CanalMoz* de 10 de Abril de 2012.

<sup>17</sup> Leia-se Pereira (2008)

consequência da dependência de ajuda, representa a manifestação de toda uma trajetória histórica<sup>18</sup>. A ser verdade a inferência dos parágrafos anteriores, podemos então afirmar que as condicionalidades que caracterizam os programas internacionais de ajuda exercem pressões e conflituam com as dinâmicas sociais, políticas e económicas locais por marginalizarem a história do povo moçambicano e suas instituições anteriores à independência e à reforma económica dos anos 1980. Não admira, portanto, que a democracia seja de baixa intensidade e as reformas institucionais aparentes pois a elite sobrevive através duma jogo de equilíbrio entre a garantia da manutenção dos fluxos de ajuda internacional e utilização das rendas dos recursos naturais para a sua reprodução política e económica.

Ainda sobre a forma como algumas elites se constituem, os autores Bayart, Ellis e Hibou (1999) apresentam uma visão alternativa que assenta na ideia de um Estado criminalizado em África. Ora, embora exagerada nas suas pretensões generalistas, esta abordagem revela-se útil para explicar o enriquecimento da elite moçambicana. Muitos dos empresários bem colocados actualmente no país aproveitaram-se das suas posições políticas e fraquezas institucionais para contrair créditos sem nenhuma intenção de devolver o dinheiro<sup>19</sup>. Estes empresários privilegiam as ligações com o poder, em detrimento da eficiência económica, para fazerem prosperar o seu negócio. Deste modo, em vez de empresários no verdadeiro sentido da palavra estamos perante um pequeno grupo de endinheirados que acumulam riqueza de forma improdutiva em prejuízo de toda a sociedade, situação que se aproxima do “Estado-Business e os Políticos Empresários” estudado por Fauré e Médard (2000).

Em contrapartida, Hanlon (2009) fala de uma provável construção de um capitalismo de elite desenvolvimentista em Moçambique, operacionalizado pelas grandes companhias empresariais constituídas por três principais famílias ligadas ao poder e ao partido, nomeadamente família Guebuza, Chissano e Graça Machel. Apesar de cauteloso, o autor levanta a hipótese de, à semelhança da África do Sul, América Latina e os Tigres Asiáticos, o país poder estar a iniciar uma caminhada para um futuro estado desenvolvimentista. Na nossa óptica, a possibilidade avançada por este autor suscita imensa discussão, sobretudo se se considerar o facto de quase 90% da economia moçambicana ser

---

<sup>18</sup>Sobre este assunto veja-se Rosário (2009), De Mira (2005), Pitcher (2003), De Brito (1987).

<sup>19</sup> Para maior aprofundamento veja-se o artigo intitulado *Bank Corruption Becomes Site of Struggle in Mozambique* de Hanlon (2002).

informal, as altas taxas de pobreza e a ausência de uma política clara de apoio às pequenas e médias empresas.

Francisco (2011) argumenta que a economia informal consentida constitui a ponta do *iceberg* de todo um conjunto de problemas, incluindo o aproveitamento da informalidade para desenvolvimento de práticas criminosas por actores politicamente bem colocados. Para este pesquisador não faz sentido preocuparmo-nos só com a ponta do *iceberg*, é fundamental que se estude o que está escondido para percebermos a parte visível e mais comum do fenómeno. De facto, certa realidade no processo de importação de mercadoria em Moçambique parece corroborar com a assunção do autor dado que, de acordo com Sudecar Novela (2011), presidente da *Associação Mukhero*, ocorrem na fronteira situações em que camiões pertencentes a grandes empresários não passam pelos sistemas de verificação de mercadorias ou usam rotas ilegais para meter a mercadoria no país.

Portanto, o estudo das lógicas e práticas do comércio informal em Moçambique encerra em si uma grande complexidade como, aliás, os resultados da análise de regressão irão ilustrar. As práticas neopatrimoniais geram ineficiência em termos de políticas públicas e sociais que por seu turno aumentam as desigualdades e pobreza. A economia informal é a resposta que resulta da adaptação do comportamento dos agentes aos constrangimentos contextuais.

### III. LÓGICAS E PRÁTICAS DOS MUKHERISTAS: análise estabelecida a partir dos resultados do inquérito

#### 1. Quadro teórico

A opção teórica escolhida para a análise das lógicas e práticas dos *mukheristas* compreende a utilização de dois referenciais, nomeadamente o *postulado de racionalidade diversa* de Philippe Hugon e a *teoria da acção fundamentada*<sup>20</sup> de Martin Fishbein e Icek Ajzen.

Hugon (2000) aborda as características do *homo africanus* em oposição ao *homo oeconomicus* da ortodoxia neoliberal, colocando em relevância o facto de a racionalidade económica ser contextual<sup>21</sup>, sendo por isso limitada, diversa ou adaptativa. A ortodoxia neoliberal trata as pessoas como indivíduos atomísticos que se cruzam apenas através das forças do mercado, reduzindo-os a criaturas isoladas do mercado que para além da simples troca não têm história, tradições culturais, opiniões políticas e relações (Brohman 1995).

A *teoria da acção fundamentada* assenta em dois pressupostos: (1) os indivíduos pesam as consequências de cada alternativa baseando-se na percepção que têm das vantagens (ou desvantagens) de um determinado comportamento; (2) o indivíduo é afectado pelos valores normativos associados a cada alternativa. Ou seja, os valores normativos reflectem aquilo que outros acreditam ser um comportamento apropriado (Ajzen e Fishbein 2010, Westaby 2005, Ajzen 2001, 1991, Steggell 2001). Para analisar o comportamento dos *mukheristas* na óptica desta teoria adoptam-se como variáveis *proxy* a religião, a honestidade, a percepção de que a criminalidade não compensa, o receio de represálias sociais, a consciência individual, a pressão social envolvente, a ociosidade e por último as actividades ilícitas.

Duas premissas importantes são ainda utilizadas como suporte à leitura do *mukhero* enquanto fenómeno social. A primeira admite que a economia informal reduz a pobreza

---

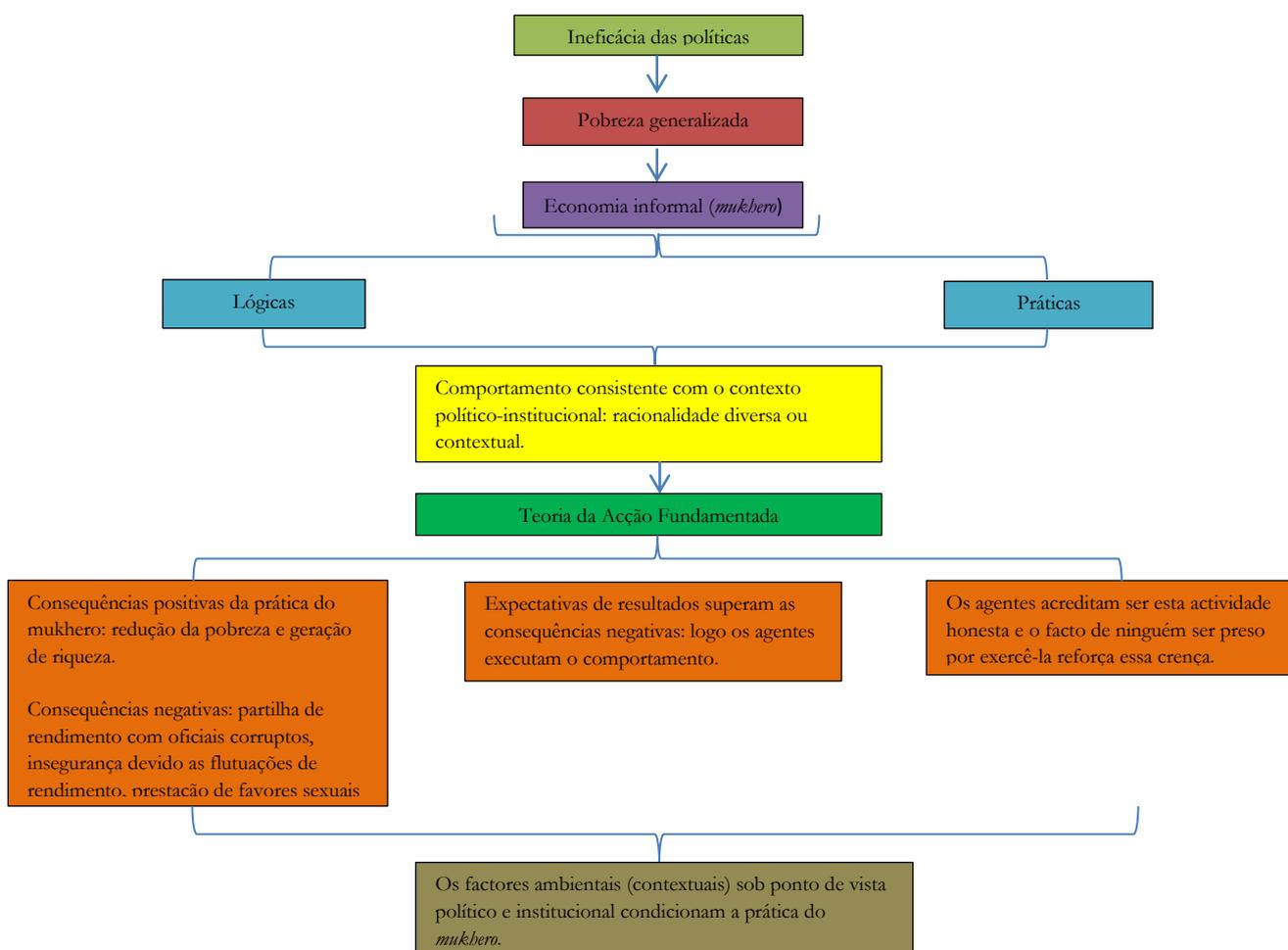
<sup>20</sup> Tradução livre da expressão *theory of reasoned action*.

<sup>21</sup> Nyssens e Linden (2000) usam o conceito de *embeddedness* para sugerir que é preciso olhar para o contexto específico em que as actividades informais ocorrem.

numa extensão limitada<sup>22</sup> e a segunda, argumenta que os operadores informais são incapazes de fazer-se ouvir e são marginalizados pelos fazedores de política. No contexto moçambicano, procura-se aferir a validade destas aceções no quadro do *mukhero* em Maputo e verificar o efeito das percepções dos seus praticantes ante a atitude do governo face ao processo crescente de informalização da economia.

Para explicar a relação existente entre as lógicas e práticas dos *mukheristas*, a pobreza e as políticas recorre-se à reflexão actual proposta por dois economistas do desenvolvimento, nomeadamente Há-Joon Chang (2002) e Dani Rodrik (2010, 2002), segundo os quais o sucesso das políticas é refém das instituições de que o país dispõe. Ao longo do texto argumenta-se ainda que a economia informal constitui recurso das populações pobres, empurradas para tal situação por inadequações institucionais e ineficácia das políticas sociais.

A figura abaixo pretende mostrar a relação de causalidade entre as políticas, pobreza, lógicas e práticas, racionalidade e acção fundamentada:



<sup>22</sup> Estas proposições são apoiadas, dentre vários autores, por James Heintz (2010, 2003), Gulyani e Talukdar (2010), Tokman (2007) e Keith Hart (1973, 2005, 2010).

## 2. Lógicas e racionalidade

As lógicas que caracterizam os *mukberistas* são diversas e passíveis de assumir quatro modalidades nomeadamente, estratégia de sobrevivência, negócio expresso de forma permanente, aversão à formalização e solidariedade comunitária. Por seu turno, o processo de criação de rendimento próprio à actividade do *mukhero* revela a acção de, pelo menos, dois tipos de agentes: os que suprimem as suas necessidades básicas e os que iniciam um processo incipiente de acumulação.

Para os primeiros o *mukhero* apresenta-se como uma estratégia de sobrevivência, pois trata-se de operadores que se encontram no limiar ou mesmo abaixo da linha da pobreza absoluta<sup>23</sup>. Dado que os *mukberistas* não beneficiam de qualquer modalidade de protecção social, em virtude do carácter incipiente de tal sistema em Moçambique, o comércio informal devolve-lhes alguma dignidade na medida em que lhes confere o sentimento de estarem a desenvolver uma actividade honesta, distanciando-se assim das opções socialmente menos aceitáveis tais como as actividades ilícitas com carácter criminal e a ociosidade.

Os agentes que auferem um rendimento mensal na escala dos 10 000 meticais em diante são os que desenvolvem o *mukhero* como um negócio assumido de forma permanente. Para os que se integram nesta categoria, a actividade de micro importação informal permite desenvolver alguma acumulação, pois utilizam o seu rendimento para cobrir as despesas caseiras, constituir poupanças sob a forma de depósito a prazo, reinvestimento na actividade, construção de habitação em alvenaria e ainda aquisição de bens de luxo. Entretanto, coloca-se a questão de conhecer a dimensão das margens desta actividade que são maximizadas com base em critérios de eficiência, sem incluir os custos

---

<sup>23</sup> Calculada a partir do cabaz de bens essenciais para subsistirem durante um mês.

associados ao pagamento de subornos quer aos oficiais das alfândegas quer aos facilitadores da transposição da fronteira.

Tudo indica que este grupo estaria em condições de passar à formalidade. Contudo, subsistem diversos constrangimentos impeditivos de natureza política e institucional tal como a ausência de estratégias consistentes para o efeito. Na realidade o que nos foi permitido observar é a persistência de situações que estão longe de favorecer o abandono da informalidade. Cite-se a título de exemplo o caso em que se verifica a disputa entre duas autoridades, nomeadamente entre o Concelho Municipal que cobra uma taxa diária de 100 meticais pelo uso das suas infra-estruturas e a Autoridade Tributária que pretende fazê-los contribuir para os cofres do Estado a qualquer custo. Ora, acontece que este tipo de disputa pode vir a acentuar a lógica da aversão pela formalidade por parte dos actores na medida em que o agente informal, há muito sem confiança nas instituições e nas políticas, sente que o seu imposto poderá não reverter em seu proveito e apenas beneficiar alguns por via de mecanismos de redistribuição de renda.

É assim que as associações informais também acabam por ser afectadas pelo descrédito do ambiente político e institucional. De facto, pudemos constatar que a maioria dos operadores nunca recorreu às associações para resolver qualquer problema decorrente da sua actividade e os que já solicitaram os seus serviços muitos fizeram-no só uma vez. Esta situação é inconsistente com a classificação de razoável que os agentes por nós interrogados atribuem às associações, paradoxo a que procuraremos dar resposta num dos parágrafos subsequentes.

Na realidade tudo indica que outro tipo de mecanismos contribui para a estabilidade do negócio. Note-se, com efeito, que a frequência com que os micro-importadores se deslocam à África do Sul – muitos atravessam a fronteira três vezes por mês – possibilita a criação de laços de amizade e familiaridade com os oficiais alfandegários. Ora, é justamente este tipo de laços que permite a resolução dos problemas que decorrem da actividade. Baptista-Lundin (2011) refere ser comum um *mukherista* e a um agente alfandegário considerarem-se primos e o segundo facilitar a passagem do primeiro na fronteira. Para retribuir, o micro-importador pode oferecer ao oficial uma percentagem pequena do produto que está a importar.

Em termos teóricos, os quatro aspectos que configuram as lógicas estudadas neste texto vão no sentido oposto ao das premissas que caracterizam o *homo oeconomicus*. O

ambiente cultural, social, institucional e político determinam o modo como os *mukberistas* operam, sem ser necessariamente pela lógica individualista e de maximização de lucro, mas sim favorecendo os laços comunitários e a redistribuição de renda que tal implica. Por conseguinte, o *homo africanus* - o *mukberista* - efectua o negócio forçado por uma série de circunstâncias, sem pensar primariamente na expansão e enriquecimento mas sim na criação de condições para a manutenção da sua vida e do seu agregado familiar. Assim, qualquer excedente dilui-se na cadeia daquelas que estão a seu cargo ao nível alimentar, saúde, educação, habitação, etc.

### 3. Práticas e racionalidade

As práticas dos nossos agentes também foram sintetizadas de acordo com os seguintes aspectos: fuga ao fisco, prestação de favores sexuais, suborno aos agentes alfandegários, contorno das instituições do Estado e diversificação das importações como estratégia de dispersão do risco. Embora poucos operadores o reconheçam, no processo da passagem pela fronteira os *mukberistas* recorrem a esquemas, em conluio com os oficiais alfandegários, no intuito de pagar o menos possível de encargos aduaneiros, comportamento consentâneo com uma estratégia de maximização de renda. A natureza penalizante das taxas em vigor constitui o motivo que desencadeia tal atitude, constituindo também um incentivo para que os agentes alfandegários se engajem em comportamentos de procura de renda.

Como já se avançou em parágrafos anteriores, são as mulheres que pagam um preço muito alto nos esquemas de travessia da fronteira, dado que têm de prestar favores sexuais para garantir que seus bens não sejam apreendidos. Este comportamento que para o *homo oeconomicus* é absolutamente inaceitável, relativiza-se no contexto em que está inserido o *homo africanus*. Ou seja, estas mulheres – muitas a viverem maritalmente ou casadas - preferem entregar o seu corpo aos alfandegários para evitar que os filhos passem por privações e se tornem marginais ou criminosos. Para elas, é perfeitamente justificável pois podem mandar seus filhos à escola, alimentá-los e vesti-los. Assim, esta prática está negativamente relacionada com os valores morais e éticos (consciência individual) que muitos referiram ter sido os principais factores a influenciar a prática do *mukbero*.

A existência de práticas desviantes face às normas estabelecidas pelas instituições do Estado parece estar positivamente relacionado com a percepção que os agentes do informal têm sobre a fraqueza das políticas sociais e as práticas de nepotismo que

atravessam a Função Pública. Muitos *mukberistas* só interagem com a máquina burocrática estatal quando as ligações e facilidades de que dispõem no informal não permitem resolver os seus problemas. Apesar de uma pequena fracção destes actores acreditar na meritocracia da Função Pública, a maioria sente que os agentes do Estado existem para servirem -se a si próprios e aos seus familiares mais próximos.

No que concerne à percepção de risco, o *homo africanus mukberista* revela-se altamente avesso ao risco. Efectivamente, com a excepção dos que actuam no sector de bebidas e roupas, todos os outros fazem combinações alternativas como forma de dispersar o risco, dado que se a procura por um dos bens cai o outro pode servir de substituto no provimento de rendimento e, desse modo, assegurar que o agente continue a cobrir as suas despesas caseiras diárias e manter o negócio. Essa aversão estende-se aos meios de financiamento aos quais os agentes recorrem para iniciar a actividade. Constata-se que uma larga fracção financiou-se com base nos esquemas de poupança rotativa, normalmente envolvendo apenas familiares e amigos.

## V. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS<sup>24</sup> E CONCLUSÕES

### 1. Discussão dos resultados

Os resultados das regressões, apresentados na tabela 2, mostram uma profunda heterogeneidade da amostra, denotando-se uma distinção acentuada de opiniões no que respeita as percepções dos inquiridos sobre a redução da pobreza e a criação de riqueza, com muito baixa correlação entre os dois grupos. Tal é consistente com os argumentos de Byiers (2009), Chen (2007) e Rogerson (1996) acerca da segmentação da economia informal. Não obstante, o rendimento desempenha um papel fundamental tanto para os que sentem estar a reduzir a pobreza quanto para os que vislumbram alguma forma de enriquecimento.

A impossibilidade destes operadores encontrarem emprego no sector formal está positivamente correlacionada com a percepção do *mukbero* como um escape à miséria, confirmando-se a nossa intuição sobre as fraquezas institucionais e políticas como explicações para a opção dos agentes pelo informal. Contudo, essa falta de emprego no sector formal revela-se insignificante para os operadores que percebem estar a enriquecer, o que sugere que este grupo se tenha engajado conscientemente nesta actividade como opção clara de negócio assumido de forma permanente.

Por outro lado, os resultados da tabela 2 revelam uma correlação fortemente positiva e significativa para o caso dos que praticam o *mukbero* como forma de aumentar a renda e a percepção de redução de pobreza. Apesar disso, a mesma variável apresenta valores insignificantes no que concerne à percepção de riqueza.

Quanto às diversas actividades, os resultados indicam que os agentes que importam produtos frescos e bebidas são os que gozam de maior satisfação com a prática do *mukbero*, o que é reforçado pela ligeira propensão que têm para adquirir bens de luxo e recreio. Note-se que a classe dos vendedores de bebidas é a mais conotada com práticas de contorno à fronteira, fuga ao fisco e suborno. Talvez seja por isso que embora positiva, a correlação é baixa comparativamente ao grupo dos comerciantes de vegetais.

A regressão apresentada na tabela 2 mostra ainda que a frequência com que muitos *mukberistas* viajam à África do Sul para efectuar a *restocagem*<sup>25</sup> – pelo menos duas vezes por

---

<sup>24</sup> Veja-se os resultados do inquérito e das regressões em anexo.

<sup>25</sup> Reposição de *stock*.

semana – reduz a sua sensação de bem-estar. Isto sugere que uma parte do seu rendimento dilui-se neste processo, atendendo que há um aproveitamento da sua condição de semilegalidade ou ilegalidade por parte dos oficiais alfandegários que usam as fragilidades institucionais para executarem o comportamento de procura de renda. Neste aspecto concorda-se com Byiers (2009) e Baptista-Lundin (2011) quando afirmam que parte dessa semilegalidade ou ilegalidade resulta do desconhecimento, por parte dos micro-importadores, dos requisitos necessários para agirem legalmente. Por outro lado, os agentes alfandegários raramente se disponibilizam a conceder essa informação. Aliás, o que acontece, de acordo com Novela (2011), é os funcionários fronteiriços tenderem a dificultar o máximo como forma de desincentivar os *mukberistas* a actuarem em conformidade com as normas.

Esta pesquisa avança no sentido de verificar a interacção entre o sector informal moçambicano e sul-africano. Porém, os dados revelam uma correlação fortemente negativa entre a percepção de pobreza e de riqueza e a importação de produtos originários do sector informal da África do Sul, embora os comerciantes de vegetais se abasteçam junto dos *farmeiros bóeres* cujas práticas não são de todo legais<sup>26</sup>. A explicação para tal falta de interacção poderá ser encontrada em Heintz (2010) quando argumenta que a África do Sul mesmo com taxas muito altas de desemprego os seus cidadãos não entram para a actividade informal com a rapidez que se observa noutros países. Voladia (2007) acrescenta que neste país os altos índices de desemprego coexistem com um pequeno sector informal, relativamente à média da África Subsaariana.

No que concerne às variáveis construídas para verificar, através da teoria da acção fundamentada, os factores que influenciaram a decisão pela prática do *mukbero*, os resultados são estatisticamente insignificantes, com a excepção dos valores éticos e morais (que estruturam a consciência individual), pressão social e influência de amigos. Assim, parece que a maioria destas medidas de aproximação não foi determinante na escolha do *mukbero* como forma de vida. Entretanto, a correlação positiva entre os factores de consciência individual e as principais variáveis do estudo sugere que a questão da pobreza e da riqueza constitui um problema de atitude.

Os conceitos de pobreza e riqueza no contexto urbano moçambicano relativizam-se mas permanecem fortemente ligados à dimensão material. Com efeito, durante a

---

<sup>26</sup> Para além de entregarem aos *mukberistas* confirmativos de compra precários, regularmente são reportados na imprensa moçambicana situações de *farmeiros* que contratam informalmente imigrantes moçambicanos ilegais e na altura de pagar os salários chamam os serviços de migração.

aplicação do inquérito para este estudo foi possível observar que alguns *mukberistas*, em muitos casos mulheres que exercem a actividade há algum tempo, possuem camiões pessoais para o transporte da sua mercadoria, quando muitos recorrem aos serviços de transportadores que se dedicam a essa actividade particular. Para além disso, estas mesmas senhoras ostentam colares, brincos e pulseiras de ouro, o que dá visibilidade à sua prosperidade e estatuto comparativamente com os outros agentes que operam no mesmo mercado.

À primeira vista, o operador pobre distingue-se do não pobre pelo espaço que ocupa dentro do mercado. Os *mukberistas* comercializam os seus bens em camiões e em *banca*<sup>27</sup> enquanto alguns intermediários e os que vendem de forma fraccionada<sup>28</sup> ficam na cintura do mercado, ao sol e com os produtos amontoados por cima duma capulana ou cartolina. A distinção pode ser feita inclusive através da indumentária. Contudo, poucos neste último grupo se consideram pobres, pois para estes só se está em situação de pobreza quando se é incapaz de trabalhar por motivos de doença e sem condições de alimentar a si e sua família.

Para reforçar os argumentos dos dois parágrafos anteriores importa recuperar uma das variáveis que procura explicar os factores determinantes para a prática do *mukbero*, nomeadamente a consciência individual. Do ponto de vista da teoria da acção fundamentada, para que uma pessoa execute um determinado comportamento são necessários oito requisitos dos quais destacamos dois: crença na existência de maiores vantagens do que desvantagens e reacções emocionais positivas para a execução de determinado comportamento (Fishbein e Ajzen 2010).

Como é óbvio, não deixar-se morrer a fome ou poder fazer negócios e melhorar o bem-estar figuram como alguns dos principais aspectos para a satisfação das necessidades básicas humanas, podendo assumir-se qualquer oportunidade que ajude a concretizar estas aspirações como uma vantagem. No caso em estudo, o *mukbero* pode ser visto como sendo essa oportunidade e os agentes constrangidos pelo contexto executam o comportamento no sentido de aproveitá-la. Outrossim, as reacções emocionais positivas exercem um efeito de retroalimentação, pois a percepção de estarem a exercer uma actividade honesta reforça a propensão para a realização de tal acção.

---

<sup>27</sup> Alpendres construídos para o efeito.

<sup>28</sup> Venda aos montinhos.

Considerando os resultados da tabela 2 efectuaram-se mais duas regressões em que se analisam as variáveis percepção de pobreza e de riqueza mas sem estarem correlacionadas e depois isola-se a percepção de pobreza para uma melhor visualização. Os resultados das tabelas 2 e 3 não diferem muito, o que reforça a assunção de heterogeneidade da população objecto desta pesquisa e, portanto, da diversidade das práticas e lógicas dos agentes *mukberistas*.

Na tabela 4 a percepção de redução de pobreza apresenta forte correlação com as fontes de financiamento, podendo significar que quanto maior acesso têm a fontes alternativas de crédito maior é o seu sentimento de estarem menos pobres. O *xitique* e empréstimos recebido de familiares ou amigos constituem alguns dos mecanismos que garantem a reprodução e manutenção destes agentes, confirmando-se a pertinência de integrar a relação social quando se analisa as lógicas e práticas destes homens de negócios, ainda que o recurso às instituições estruturantes do mercado, como seja o crédito bancário, constituam recurso importante para o sucesso da actividade.

Era expectável que as associações desempenhassem um papel activo na remoção das restrições que constituem impedimentos ao crescimento dos *mukberistas*. Contrariamente, os dados mostram que o papel das associações é nulo e mesmo contraproducente na actividade da micro-importação, o que reforça o argumento segundo o qual estas organizações buscam objectivos que se afastam dos interesses dos seus membros na medida em que se pautam por outro tipo de prioridades como seja defender os interesses do partido no poder aquando das campanhas eleitorais.

O facto de se constatar que muitos dos inquiridos prefeririam permanecer no informal, face à possibilidade de poderem escolher entre outras actividades do sector informal e um emprego assalariado no formal, tudo indica que, nem mesmo assim, a sua actual percepção acerca da pobreza ou da riqueza se alteraria. Por outro lado, é de admitir que quanto menor forem as pressões sociais que os *mukberistas* enfrentam no seu dia-a-dia maior será o seu sentimento de bem-estar.

Relativamente à influência das políticas sociais na micro-importação, critérios de preenchimento de vagas no sector formal e a politização das associações, os resultados da regressão revelaram valores estatisticamente insignificantes, não tendo sido possível aferir o impacto destas variáveis nas percepções de redução de pobreza e criação de riqueza. Contudo, se tomarmos em consideração as respostas dadas pelos inquiridos, o sentimento

de insatisfação face à actuação do governo (72.1%) não pode ser ignorado. De facto, tal percepção é consistente com a lógica de partidarização das instituições do Estado e favoritismos entre militantes do partido dominante, o que na óptica dos autores Chabal e Daloz (1999) demonstram a ausência de emancipação necessária para a construção duma burocracia moderna no sentido *weberiano*.

## 2. Conclusões

Nesta pesquisa constatou-se que as lógicas e práticas dos *mukberistas* afastam-se da interpretação atomista e egoísta que a actual meta narrativa **persiste em propor** sobre o indivíduo e sua relação com o mercado. O contexto em que os agentes operam revela-se determinante nas escolhas que irão orientar a sua actuação. Deste modo, para cada comunidade haverá um *homo oeconomicus* particular, talhado para esse ambiente específico. Outrossim, o mercado não existe no vácuo e não pode ser dissociado dos arranjos institucionais de cada comunidade, região ou país. Visto desta forma, as várias lógicas e práticas do comércio informal são consistentes com a diversidade de racionalidades, o que remete para uma substituição do modelo de análise baseado no *homo oeconomicus* da sabedoria convencional para o *homo africanus* proposto por Hugon (2000, 1999).

Ao nível dos determinantes políticos e socioeconómicos – o neopatrimonialismo e a natureza *rentier* do Estado moçambicano – observou-se a existência de um conflito entre o *ethos* local e a estrutura estatal *weberiana* importada. Neste sentido, a pesquisa sugere que a economia informal, o *mukhero* em particular, em vez de uma perversão às regras do mercado constitui um dos pontos mais altos da contradição entre o local e o externo. Tal como em outros quadrantes do continente, em Moçambique o informal não pode ser reduzido apenas às transacções comerciais, estendendo-se ao funcionamento da burocracia estatal com influência marcante nos processos de tomada de decisão e elaboração de políticas.

Na verdade, em Moçambique, o actual contexto político e institucional espelham a aliança existente entre o poder político local e a comunidade doadora, o que torna os objectivos de governação consistentes com as regras de condicionalidade e com a lógica de captação de renda das elites, factores que na nossa óptica são geradores de exclusão social, desigualdade e pobreza, deixando assim as populações urbanas carenciadas com uma única opção de busca legítima de rendimento – a economia informal.

Efectivamente, a dependência de ajuda e a aliança entre as elites locais e o capital estrangeiro parecem aprofundar as lógicas clientelistas e a natureza rendeira do Estado, na medida em que os governantes não prestam contas junto dos governados, sendo exemplo disso o facto de o principal instrumento de governação – o PARP – não passar por um processo de votação na assembleia da república. Tudo indica serem estas dinâmicas que amputam a acção do Estado no sentido deste tornar-se um agente dinamizador da economia informal em Moçambique.

Os resultados do inquérito mostram que os agentes que operam no informal estão imbuídos de valores morais e éticos. Apesar disso, estes elementos de consciência individual parecem não estar correlacionados com algumas normas do Estado e de cidadania. A teoria da acção fundamentada parece validar a adaptação que os *mukberistas* fazem do seu comportamento às inadequações institucionais e políticas, pois refere que um dos pré-requisitos para que um indivíduo execute determinado comportamento é a percepção que tem de não estar a violar os seus princípios, evitando dessa forma activar auto-sanções negativas. Neste caso, a sobrevivência e a procura de cada vez melhor qualidade de vida, mais do que um princípio é uma necessidade.

Renegados pelo governo e limitados pelas suas qualificações académicas, a estes agentes resta apenas o engenho e a criatividade – uns para fazer negócio assumido de forma permanente e outros para poderem sobreviver. Assim, em vez do Estado preocupar-se em fazer cumprir inescrupulosamente a lei talvez fosse mais proveitoso, como já sugeriram Francisco e Paulo (2006), adequar esta às lógicas e práticas que configuram o comportamento dos moçambicanos em geral. Mas este caminho implica uma profunda compreensão das dinâmicas económicas, políticas e sociais dos agentes.

A pesquisa demonstra ainda que apesar do *mukhero* reduzir a pobreza e permitir criação de riqueza, esta actividade encontra-se bloqueada no que concerne à sua expansão devido aos determinantes políticos e institucionais acima referidos mas, sobretudo, pela precariedade dos mecanismos de financiamento disponíveis (recurso ao *xitique* e empréstimo de amigos e familiares), o que não permite sua contribuição no alargamento e diversificação da base produtiva da economia nacional.

No que concerne ao associativismo, entendemos que as associações constituem um espaço de projecção dos seus líderes e podem também ser encaradas como passíveis de instrumentalização por parte do partido no governo. Com efeito, uma grande parte dos

seus membros não recorre aos seus préstimos para resolver problemas relacionados com a profissão embora, paradoxalmente, considere razoável a sua prestação. Refira-se ainda que a percepção dos operadores é de que as associações estão partidárias, o que parece confirmar a hipótese inicialmente formulada quanto à possível existência de lógicas de controlo partidário, o que justifica a aparente disfunção das associações. Face a este cenário os associados contornam as associações e usam solidariedade do tipo comunitária para resolver os seus problemas.

O governo de Moçambique não apresenta nenhuma estratégia com o objectivo de capitalizar as potencialidades do sector informal. Efectivamente, a maior parte dos instrumentos de governação não contém medidas concretas nesse sentido, remetendo as questões ligadas ao sector informal para os conselhos municipais que só intervêm ao nível de criação de espaço físico e da cobrança de taxas. Isto sugere uma desarticulação entre as medidas de combate à pobreza e as estratégias pelas quais os pobres optam para sobreviverem. Os *mukheristas* têm consciência deste aparente “abandono”, o que é ilustrado pelo facto de na sua maioria terem respondido “não” quando questionados se as políticas públicas acomodavam as actividades informais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrahamsson**, Hans, Anders Nilsson (1998), *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974 – 1992*. Padrigu e CEEI – ISRI
- Abreu**, Silvina Rodrigues, António Pinto de Abreu. 1996. *Sector Informal em Moçambique, Uma Abordagem Monetária*. Staff Paper N° 5, Maputo: Banco de Moçambique.
- Alder**, Graham. 1995. “Tackling poverty in Nairobi’s informal settlements: developing an institutional strategy.” *Environment and Urbanization*. Vol. 7, No 2 (Outubro): 85-107.
- Ajzen**, Icek. 2001. “Nature and Operation of Attitudes.” *Annual Review of Psychology*. 52: 27-58.
- \_\_\_\_\_ 1991. “The Theory of Planned Behavior.” *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179-211.
- Arnaldo**, Carlos. 1996. *População e Comércio Informal no Bairro da Malanga*, Gazeta Demográfica, Número 9. Maputo: Centro de Estudos da População – UEM.
- Baptista-Lundin**, Iraê, Ian Taylor. 2003. “A View from Maputo.” In *Regionalism and Uneven Development in Southern Africa: the case of the Maputo development corridor*, eds. Fredrik Söderbaum and Ian Taylor. Aldershot: Ashgate. 97-105.
- Barreau-Tran**, Léa. 2011. *L'émergence économique des Mukheristas au Mozambique: quels impacts sur les relations de genre?* Mémoire de recherche pour le Master. Université de Bordeaux.
- Batista**, Carlos, Emílio Rungo e Felisberto Navalha. 2001. *Comércio Informal Transfronteiriço*. Documento N° 6. Maputo: Banco de Moçambique.
- Bayart**, Jean-François Bayart, Stephen Ellis e Béatrice Hibou. 1999. *The Criminalization of the State in Africa*. African Issues.
- Biza**, Adriano. 2009. “Associações de Jovens, Estado e política em Moçambique – da herança a novos desafios (1975-2004).” In *Cidadania e Governação em Moçambique*, eds. De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco. Maputo: IESE. 49-71.
- Byiers**, Bruce. 2009. *Informality in Mozambique: characteristics, performance and policy issues*. Nathan Associates Inc. USAID.
- Brohman**, John. 1995. “Economism and critical silences in development studies: a theoretical critique of neoliberalism”. *Third World Quarterly*, Vol. 16, N° 2, 298-318.
- Castel-Branco**, Carlos Nuno. 2010. “Economia extractiva e os desafios de industrialização em Moçambique.” In *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*, eds. De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco. Maputo: IESE. 19-110.
- \_\_\_\_\_ 2011. *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership*. Cadernos IESE n° 7/2011. Maputo: IESE.
- \_\_\_\_\_ 1994. *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Chabal**, Patrick, Jean-Pascal Daloz. 1999. *Africa Works, Disorder as Political Instrument*. African Issues.
- Chang**, Ha-Joon. 2002. *Kicking Away the Ladder, Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press.
- Chen**, Martha Alter. 2007. “Rethinking the informal economy: linkages with the formal economy and the formal regulatory environment.” In *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*,

ed. Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom, 75-92. New York: Oxford University Press.

**Chichava**, José A. 1998. *O Sector Informal e as Economias Locais*. Texto de Discussão N° 8. Maputo: Ministério da Administração Estatal.

**Chivangue**, Andes. 2007. *Sector Informal e as Relações Moçambique-África do Sul: uma discussão em torno do mukhero*. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais (monografia).

**Cornwall**, Andrea, Karen Brock. 2005. What do Buzzwords do for Development Policy? A critical look at 'participation', 'empowerment' and 'poverty reduction'. *Third World Quarterly*, Vol. 26, No. 7, 1043 – 1060.

**De Brito**, Luís. 1987. *Une relecture nécessaire : la genèse du parti-État FRELIMO*. RCP Afrique australe du CNRS.

**De Mira**, Feliciano José Borralho. 2009. *Les élites et les entreprises au Mozambique: globalisation, systèmes de pouvoir et reclassements sociaux (1987-1999)*. EHESS/ISEG-UTL.

**De Renzio**, Paolo, Joseph Hanlon. 2007. *Contested Sovereignty in Mozambique: the dilemmas of aid dependence*. Managing aid dependency project. GEG Working Paper 2007/25. University of Oxford.

**Do Rosário**, Domingos Manuel. 2009. *Les mairies des «Autres»: une analyse politique, socio historique et culturelle des trajectoires locales. Le cas d'Angoche, de l'Ile de Moçambique et de Nacala Porto*. l'Institut d'Etudes Politiques de Bordeaux, Université Montesquieu-Bordeaux IV.

**Fauré**, Yves-A., Jean-F. Médard. 2000. 'O Estado-Business e os Políticos Empresários - Neopatrimonialismo e Big Men: economia e política.' In *Empresas e Empresários Africanos*, eds. Stephen Ellis e Yves-A. Fauré. Centro de Estudos Africanos do ISCTE. Lisboa: Vulgata.159-185.

**Forquilha**, Salvador Cadete, Alsak Orre. 2011. "Transformações sem mudanças?" Os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique.' In *Desafios Para Moçambique 2011*, eds. De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco. Maputo: IESE. 35-53.

**Forquilha**, Salvador Cadete. 2009. "Remendo novo em pano velho": o impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique.' In *Cidadania e Governação em Moçambique*, eds. De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco. Maputo: IESE. 71-89.

**Fishbein**, Martin, Icek Ajzen. 2010. *Predicting and Changing Behavior, The Reasoned Action Approach*. New York: Psychology Press.

**Francisco**, António. 2010. "Moçambique: protecção social no contexto de um estado falido mas não falhado." In *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*, eds. De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco. Maputo: IESE. 37-95

**Francisco**, António A. da Silva, Margarida Paulo. 2006. *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: a dimensão oculta da informalidade em Moçambique*. Maputo: Centro de Estudo Africanos e Cruzeiro do Sul.

**Hanlon**, Joseph. 2002. "Bank corruption Becomes Site of Struggle in Mozambique". *Review of African Political Economy*. N° 91: 53-72.

\_\_\_\_\_. 2009. *Mozambique's Elite – finding its way in a globalized world and returning to old development models*. Presented at a Crisis States Research Center seminar.

**Hart**, Keith. 2010. "Africa's urban revolution and the informal economy." In *The Political Economy of Africa*, ed. Vishnu Padayachee, 371-388. New York: Routledge.

- \_\_\_\_\_. 2007. "Bureaucratic form and the informal economy." In *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, ed. Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom, 21-35. New York: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_. 1973. "Informal income opportunities and urban employment in Ghana." *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 11, No 1, (Março): 61-89.
- Harriss-White**, Barbara. 2010. "Work and Wellbeing in Informal Economies: the regulative roles of institutions of identity and the state." *World Development*, Vol. 38, No 2, 170-183.
- Heintz**, James. 2010. "Employment, poverty and inclusive development in Africa, policy choices in the context of widespread informality." In *The Political Economy of Africa*, ed. Vishnu Padayachee, New York: Routledge, 199-213
- Heintz**, James, Robert Pollin. 2003. *Informalization, economic growth and the challenge of creating viable labor standards in developing countries*. Number 60. University of Massachusetts Amherst.
- Hugon**, Philippe. 2000. "Os empresários africanos e a análise económica." In *Empresas e Empresários Africanos*, eds. Stephen Ellis e Yves-A. Fauré. Centro de Estudos Africanos do ISCTÉ. Lisboa: Vulgata. 205-228.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Economia de África*. Coleção Tempos e Espaços Africanos. Lisboa: Vulgata.
- Gough**, Katherine V., A. Graham Tipple, Mark Napier. 2003. "Making a Living in African Cities: The Role of Home-based Enterprises in Accra and Pretoria". *International Planning Studies*, 8:4, 253-277.
- Guha-Khasnobis**, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom. 2007. "Beyond formality and informality." In *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, ed. Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom, 01-18. New York: Oxford University Press.
- Gulyani**, Sumila, Debabrata Talukdar. 2010. "Inside Informality: the links between poverty, microenterprises, and living conditions in Nairobi's slums." *World Development*. Vol. 38, No 12, 1710-1726.
- Iyenda**, Guillaume. 2005. "Street enterprises, urban livelihoods and poverty in Kinshasa." *Environment and Urbanization*. Vol. 17 No 2 (Outubro): 55-67.
- Instituto Nacional de Estatística**. 2006. *O sector informal em Moçambique, resultados do primeiro inquérito nacional (2005)*. Maputo: INE e Cooperação Italiana.
- Lopes**, Carlos. 2007. "Economia de Luanda e Maputo, Olhares Cruzados". In *Subúrbios de Luanda e Maputo*, eds. Oppenheimer, J. e Isabel Raposo. Lisboa: Edições Colibri, 65-103.
- Lyons**, Michal, Simon Snoxell. 2005. "Sustainable urban livelihoods and marketplace social capital: crisis and strategy in petty trade." *Urban Studies*, Vol. 42, No 8, (Julho): 1301-1320.
- Lyons**, Michal, Alison Brown. 2010. "Has Mercantilism Reduced Urban Poverty in SSA? Perception of Boom, Bust, and the China – Africa Trade in Lomé and Bamako." *World Development*. Vol. 38, No. 5, 771-782.
- Macamo**, Elísio. 2006. *Political Governance in Mozambique*. Final Report. DFID – Mozambique.
- Macamo**, José Luís. 1999. *Estimates of Unrecorded Cross-Border Trade Between Mozambique and Her Neighbors*. Technical Paper No. 8 Maputo: World Vision International – Mozambique.
- Maloney**, William F. 2004. "Informality Revised." *World Development*. Vol. 32, No 7, 1159-1178.

**Mosca, João.** 2010. 'Pobreza, economia "informal", informalidades e desenvolvimento'. In *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*, eds. De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco. Maputo: IESE, 83-98.

**Moyo, Dambisa.** 2009. *Dead Aid: why aid is not working and how there is a better way for Africa*. New York: Farrar, Straus and Giroux.

**Nyssens, Marthe, Bruno Van der Linden.** 2000. "Embeddedness, cooperation and popular-economy firms in the informal sector." *Journal of Development Economics*, Vol. 61, (Abril): 175-204.

**Nzatuzola, João Baptista Lukombo.** 2006. "O sector informal e iniciativas microempresariais em Angola." In *Economia dos PALOP, seminário internacional sobre a economia dos PALOP*, eds. João Mosca e Julien Zanzala, 61-68 Instituto Piaget.

**Oppenheimer, Jochen.** 2006. *Moçambique na Era do ajustamento Estrutural: Ajuda, Crescimento e Pobreza*. Lisboa: IPADE.

**Oppenheimer, Jochen, Isabel Raposo.** 2002. *A Pobreza em Maputo*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da solidariedade.

**Oppenheimer, Jochen, Luís Francisco de Carvalho.** 1998. *Desenvolvimento Económico e Democracia Política no Contexto do Ajustamento Estrutural em África*. Coleção documentos de Trabalho n° 48. Lisboa: CESA.

**Peña, Sergio.** 1999. "Informal Markets: street vendors in Mexico city." *Habitat Intl.* Vol. 23, No 3: 363-379.

**Perreira, João C. G.** 2008. "Antes o 'diabo' conhecido do que um 'anjo' desconhecido: as limitações do voto económico na reeleição do partido FRELIMO". *Análise Social*, vol. XL III (2º), 419-442.

**Piepoli, Sónia Frias.** 2006. "Impactos sociofamiliares do envolvimento de mulheres em negócios informais: apontamentos sobre a situação em Maputo." In *Economia dos PALOP, seminário internacional sobre a economia dos PALOP*, eds. João Mosca e Julien Zanzala, 69-86. Instituto Piaget.

**Pitcher, M. Anne.** 2003. "Sobreviver à Transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique". *Análise social*, Vol. XXXVIII (168), 793-820.

**República de Moçambique,** *Plano de Ação para a Redução da Pobreza (2011-2014)*. Aprovado na 15 sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 31 de Maio de 2011. Maputo.

**Rodrik, Dani.** 2010. *Uma economia, muitas soluções: globalização, instituições e crescimento económico*. Edições Babel. Lisboa: Verbo.

\_\_\_\_\_ 2002. "Estratégias de desenvolvimento para o novo século." In *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que vieram depois*. São Paulo: Editora Unesp. 43-78.

**Rogerson, Christian.** 1996. "Urban poverty and the informal economy in South Africa's economic heartland." *Environment and Urbanization*. Vol. 8 No 1 (Abril): 167-179.

**Sally, Peberdy.** 2000. "Mobile entrepreneurship: informal sector cross-border trade and street trade in South Africa". *Development Southern Africa*. Vol. 17, No 2 (Junho): 201-219.

**Sande, Zaqueu.** 2011. "'7 Milhões", Revisão do debate e desafios para a diversificação da base produtiva'. In *Desafios para Moçambique 2011*, eds. De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco. Maputo: IESE. 207-228.

**Sandhap, Carsten.** 1994. *A Importância e as Consequências do Sector Informal para a Economia Nacional*. Seminário. Maputo: MULEIDE e FES.

**Sindzingre**, Alice. 2007. "The relevance of the concepts of formality and informality: a theoretical appraisal." In *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, ed. Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom, 58-74. New York: Oxford University Press.

**Skinner**, Caroline. 2010. "Street trading in Africa, Demographic trends, planning and trader organization." In *The Political Economy of Africa*, ed. Vishnu Padayachee, 214-227. New York: Routledge.

**Söderbaum**, Fredrik. 2007. "Blocking human potential: how formal policies block the informal economy in the Maputo corridor". In *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, ed. Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom, 163-178. New York: Oxford University Press.

**Startiene**, Grazina, Karolis Trimonis. 2010. "Causes and consequences of non-observed economy". *Economics and Management*, 15.

**Steggell**, Carmen D., Susan K. Binder, Lori A. Davidson, Pat R. Vega, Eric D. Hutton, and Amelia R. Rodecap. "Exploring theories of human behavior in housing research." *Housing and Society*, Vol. 28, No 1 & 2.

**Stiglitz**, Joseph. 2003. *Globalização, A Grande Desilusão*. 3ª edição. Lisboa: Terramar.

**Sumich**, Jason. 2008. "Politics after the Time of Hunger in Mozambique: A Critique of Neo-Patrimonial Interpretation of African Elites". *Journal of Southern African Studies*. 34:1, 111-125.

**Tembe**, Cirilo. 2009. "O Sector Informal em Moçambique: caracterização do perfil sociodemográfico dos trabalhadores deste sector". In *O Sector Informal em Moçambique*. Estudos Temáticos, 111-162, Maputo: Instituto Nacional de Estatística e Cooperação Italiana.

**Tokaman**, Victor E. 2007. "Modernizing the informal sector." *Economic & Social Affairs*. DESA Working Paper No. 42.

**War on Want**. 2006. *Forces for Change, informal economy organizations in Africa*. London.

**Westaby**, James D. 2005. "Behavioral reasoning theory: identifying new linkages underlying intentions and behavior". *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 98 (Setembro): 97-120.

**Voladia**, Imraan. 2007. *Informal employment in South Africa*. Human Science & Research Council (HRSC), Employment growth and development initiative.

### **Jornais e Boletins:**

**Frades**, António. "Envolver o sector informal na economia nacional através da cobrança de impostos". *Canalmoz*. Novembro 2011. Ano 3. No 592.

**Guente**, Matias. Crescimento de Moçambique não beneficia pobres. *Canalmoz*. Ano 3, No 471. Junho 2011.

**Mapote**, William. "Mukheristas declaram guerra contra esquemas de corrupção." *MediaFAX* 08 Fevereiro, 2012. No 4979, 01-05.

**Wuyts**, Marc. "Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique", *IESE Boletim*, Abril 2011, No 35P.

**WM**, "Sector informal e pequenos empresários podem ser mais decisivos", *Media FAX*, Junho 2011, No 4814.

**Saúte**, Cláudio. “Mega-projectos Contribuem abaixo de 4% para o total das Receitas do Estado”, *Canalmoz*, ano 4, Março de 2012, N° 659.

**Vletter**, Fion de, “O Sector Informal em Moçambique – uma maioria negligenciada”, *Tempo* 1992, N° 1141.

### **Entrevistados:**

**Baptista-Lundin**, Iraê. Professora Associada do Instituto Superior de Relações Internacionais e pesquisadora do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. Entrevista efectuada a 21 de Setembro de 2011, em Maputo.

**Francisco**, António. Professor Associado na Universidade Eduardo Mondlane e pesquisador do IESE. Entrevista realizada em Julho de 2011, em Maputo.

**Matusse**, Fernando Vasco. Presidente da *Associação dos Micro Importadores de Moçambique* (AMIM). Entrevista efectuada no dia 02 de Agosto de 2011, em Maputo.

**Monteiro**, Arnaldo. Director dos mercados no Conselho Municipal da cidade de Maputo. Entrevista feita em Julho de 2011, em Maputo.

**Novela**, Sudecar – Presidente da *Mukhero Moçambique*. Entrevista efectuada em Julho de 2011, em Maputo.

**Mosca**, João. Professor Catedrático a leccionar na universidade “A Politécnica”. Entrevista realizada a 21 de Setembro de 2011, em Maputo.

## APÊNDICES

### **1) Associações informais, controlo partidário e diálogo interinstitucional**

(Tópico complementar à revisão de literatura)

Sob o ponto de vista de organização duas associações zelam pela micro-importação em Maputo, nomeadamente a *Associação dos Importadores e Comerciantes do Sector Informal (Mukhero Moçambique)* e a *Associação dos Micro Importadores de Moçambique (AMIM)*. Existe uma terceira designada por *Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal (ASSOTSI)*, que lida com os vendedores de rua, intermediários e os empregados informais.

A função destas associações é proteger os interesses dos vendedores dos mercados e importadores informais, organizar as suas actividades, criar condições para a eliminação da evasão fiscal, prestar assistência em termos de gestão e infra-estruturas (War on Want 2006,43-45). Não obstante, é fraca a legitimidade das mesmas perante os associados, o que se confirma pela reduzida procura pelos seus serviços. Isto explica-se pela existência da percepção generalizada de que as associações estão ao serviço do partido Frelimo para efeitos de controlo e mobilização eleitoralista em períodos de eleições.

Embora a conjectura que se segue necessite de aprofundamento em termos de pesquisa, somos desde já tentados a avançar a ideia de que o interesse em ocupar postos de liderança das associações está muito provavelmente associado à busca de projecção política e social. Note-se que tal motivação não se revelaria de todo contraproducente caso os órgãos dirigentes não descorassem as suas tarefas fundamentais, ou seja a defesa dos interesses daqueles que representam. Aliás, Peña (1999) dá-nos o exemplo do caso mexicano em que algumas associações informais mesmo estando claramente partidarizadas desempenham as suas tarefas com zelo, não obstante se possa discutir os esquemas de corrupção e clientelismo que as envolvem.

Apesar das reservas anteriores, e embora não haja diálogo entre as próprias associações, é inegável, no caso moçambicano, a colaboração existente entre o governo e as associações informais. Subsiste contudo o problema de tal diálogo não se enquadrar numa estratégia pensada para gerar benefícios a longo prazo do ponto de vista do desenvolvimento. Com efeito, muitas das medidas discutidas e acordadas por ambas as partes parecem ser acções paliativas, o que leva a alimentar a dúvida de Mosca (2010) sobre a possibilidade do governo estar a usar a economia informal como um absorvedouro das tensões sociais.

## 2) Resultados do inquérito

Em termos de estado civil, 59.8% dos *mukberistas* que constituem a nossa amostra vive maritalmente ou é casado, sendo os restantes 40.2% solteiros. Se for considerado o facto de 57.5% dos inquiridos ser do sexo feminino pode admitir-se a possibilidade de grande parte destas mulheres estar a exercer a actividade de micro-importação como complemento do rendimento do seu companheiro ou cônjuge. Entretanto, esta é uma hipótese a ser analisada com cautela pois só 2.3% dos inquiridos é que referiu explicitamente estar a exercer o *mukhero* como alternativa de acréscimo de rendimento

Relativamente às qualificações académicas, 53% possui ensino primário (1<sup>a</sup> a 7<sup>a</sup> classes), 32% tem ensino básico (8<sup>a</sup> a 10<sup>a</sup> classes), 13% ensino secundário ou pré-universitário (11<sup>a</sup> a 12<sup>a</sup> classes) e apenas 1% é que frequentou e concluiu o ensino superior. Sob o ponto de vista de situação profissional, 97.7% dos operadores não possui emprego formal. Por outro lado, 29.6% possui um rendimento acima dos 10.000 meticais, situando-se o segundo maior grupo (8.6%) na fasquia dos 1750 meticais e o restante dilui-se em outros subgrupos de rendimento. Os resultados monetários da actividade são partilhados, para a maior parte dos *mukberistas*, por agregados de uma média de 3 pessoas (55.1%), seguindo-se os que vivem com uma média de 7 pessoas (39.5%) e finalmente os que têm mais de 10 pessoas (5.3%).

Para justificar os motivos da prática do *mukhero* 73.4% referiu-se à falta de emprego formal, sendo que esta actividade constitui a única alternativa de obtenção de rendimento. A percentagem restante distribui-se entre aumento do rendimento, falta de instrução para aceder a um emprego formal, pressão social envolvente e influência de familiares e amigos. Antes de iniciarem a prática do *mukhero* a maioria dos operadores (45.8%) exercia outras actividades, geralmente de carácter informal, tais como vendedor ambulante, servente na construção civil, mecânica, trabalho doméstico, mecânica, serralharia, costura, venda de refeições, etc.

Se o *mukhero* não existisse 65.8% dos operadores preferiria outras actividades do sector informal e só 27.2% optaria por um emprego formal, havendo inclusive uma pequeníssima percentagem que se sentiria melhor desenvolvendo actividades ilícitas ou na ociosidade. A percepção de ausência de transparência no preenchimento de vagas na função pública parece ser visto pelos *mukberistas* como um determinante de exclusão, pois 77.7% apontou o facto de o processo envolver esquemas de corrupção e nepotismo, o que é confirmado pela circunstância de 78.4% ter denunciado a ausência de meritocracia e o favoritismo com base em laços familiares. Esta percepção é consistente com o sentimento que 72.1% têm de que as políticas públicas não acautelam a actividades que decorrem na economia informal.

Não obstante a constatação do parágrafo anterior, 56.1% dos *mukberistas* aceitariam trabalhar no sector formal porque sentem que estariam protegidos pela lei, querendo significar que teriam direito

à reforma, vencimento regular, segurança no emprego e direito a descanso semanal. Outro grupo, que perfaz 15.3%, referiu que aceitaria um emprego formal porque seu rendimento seria maior. Este grupo coincide com os que têm os mais baixos rendimentos com a prática do *mukhero*. Entretanto, há os que têm uma percepção justamente contrária, pois acham que no formal ganhariam menos (13.6%), outros porque preferem ser patrões de si próprios (9.6%) e os que acham que longe do formal estão livres da burocracia que caracteriza aquele sector.

No que concerne aos factores que influenciaram a escolha do *mukhero*, 34.9% apontou a consciência individual como principal determinante, sendo que 28.9 % evocou o facto de a criminalidade não compensar e 26.2% a honestidade, distribuindo-se o restante entre a religião e receio de represálias sociais.

Relativamente às fontes de financiamento, as principais alternativas são o *xitique* (35.9%) e empréstimo recebido de familiares ou amigos (31.2%). As restantes opções de financiamento correspondem a 18.3%, para os que recorrem a instituições de crédito e 14.6% para os que utilizam poupanças pessoais.

Os três sectores mais activos sob ponto de vista de importações são: produtos frescos (49.8%), roupa (19.9%) e bebidas (19.3%). No grupo dos menos activos pode-se destacar o sector de diversos com 9.6%, cabendo o resto à loiça e produtos de beleza. Estes importadores atravessam a fronteira pelo menos duas vezes por semana, observando-se um equilíbrio em relação ao local de aquisição da mercadoria na África do Sul (grandes lojas [*market*] e farmeiros (bóeres), com a maioria a preferir comprar nas grandes lojas. A preferência dos consumidores pelo produto sul-africano (80.4%) em detrimento do produto nacional (19.6%) – quando este existe – pode ser visto como factor determinante na tendência para a importação, o que contribui para a fragilização da agricultura e do incipiente tecido industrial nacional.

Quando questionados se o *mukhero* reduz a pobreza 90.7% referiu que sim e só 9.3% acha que não. Esta percepção é consistente com o facto de 84.4% utilizar o rendimento mais na realização de despesas caseiras (incluindo pagamento de estudos e saúde para seu agregado e remodelação da habitação ou construção de uma casa de alvenaria) do que em reinvestimento na sua actividade (5.6%), compra de bens de luxo (0.7%) e constituição de poupanças na forma de depósito a prazo (9.3%). Por outro lado, verifica-se uma sintonia entre percepção de redução de pobreza e percepção de riqueza, pois a maior parte dos *mukheristas* (54.5% contra 45.4%) sente estar a ficar rica com a prática da micro-importação. Os valores das duas percepções estão acima dos 50%, com destaque para a de redução de pobreza que está próximo dos 100%. Em parágrafos subsequentes mostraremos como estes números são consistentes com os resultados da análise de regressão.

No que concerne ao papel das associações na organização das actividades do sector informal, 48.5% classifica-as como sendo razoáveis e 31.2% como boas, sobrando 15.3% para desempenho

mau, 3.0% para muito mau e 2.0% para muito bom. Não obstante, há que ter cautela com este resultado pois observa-se que muitos operadores se desvincularam das associações ou que mesmo nunca tenham feito parte delas. Contudo, por alguma razão os micro-importadores não se sentiram a vontade para referi-lo no momento em que os dados para o presente trabalho foram colectados.

A cautela sugerida no parágrafo anterior é reforçada pelo facto de 58.5% nunca ter recorrido a associação para resolver qualquer espécie de problema, tendo 19.6% recorrido uma vez, 18.9% de duas a cinco vezes, 1.0% de seis a dez vezes e 2.0% mais de dez vezes, o que confirma a conjectura de que as associações do sector informal são elitistas e perseguem objectivos pouco claros. Ao fraco papel da associação acresce-se a percepção dos micro-importadores segundo a qual as associações estão partidarizadas (62.1%) contra 37.9% que pensa que não estão, o que poderá estar (ou não) na causa desse afastamento.

### 3) Resultados das Regressões

**TABELA 1: Características das Variáveis**

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Rendimento	301	6125.415	3363.756	855	10000
Agregado	301	4.401993	2.746124	2	10
Sem emprego formal	301	9.667774	1.795158	0	1
Empregado, deseja aumentar seu rendimento	301	0.431894	2.036217	0	1
Receio de represálias sociais	301	0.299003	0.170596	0	1
Funcionário do Estado	301	0.531561	2.247184	0	1
Invisto em bens de luxo e recreio	301	0.66445	0.813779	0	1
Recurso a associação: uma vez	301	1.960133	3.976398	0	1
Produtos frescos	301	4.950166	5.008078	0	1
Bebidas	301	0.192691	3.950693	0	1
Três vezes por semana	301	0.332226	1.795158	0	1
No sector informal da África do Sul	301	0.232558	1.509659	0	1
Consciência individual	301	3.554817	0.4794561	0	1
Outras actividades do sector informal	301	0.6445183	0.4794561	0	1
Pressão social	301	0.830565	0.2764271	0	1
Falta de instrução que o habilite a candidatar-se a um emprego no sector formal	301	0.797342	0.2713324	0	1
Desempregado com micro importação como alternativa de sustento	301	0.7342193	0.4424837	0	1
Frequência com que levanta produtos na África do Sul: 3 vezes por mês	301	0.531561	0.2247184	0	1
Classificação das associações do sector informal: muito boas	301	0.199336	0.1400047	0	1
Classificação das associações do sector informal: boas	301	0.3122924	0.4642001	0	1
Classificação das associações do sector informal: razoáveis	301	0.4784053	0.5003653	0	1
Classificação das associações do sector informal: más	301	0.1528239	0.3604169	0	1
Classificação das associações do sector informal: muito más	301	0.299003	0.170596	0	1
Ensino primário	301	0.5282392	0.5000332	0	1
Percepção de que a ilegalidade não compensa	301	0.2923588	0.4556037	0	1
Xitique	301	0.3554817	0.4794561	0	1

Empréstimo recebido de amigo ou familiar	301	0.1860465	0.3897922	0	1
Empréstimo solicitado a uma instituição de crédito	301	0.1860465	0.3897922	0	1
Poupanças pessoais	301	0.1495017	0.3571761	0	1
Percepção de que a ilegalidade não compensa	301	0.2923588	0.4556037	0	1

**TABELA 2: Percepções de redução de pobreza e criação de riqueza (correlacionados)**

VARIÁVEIS	PERCEPÇÃO DE POBREZA	PERCEPÇÃO DE RIQUEZA
Constante	-1.0005 (-1.00)	-1.4315 (-2.06)**
Rendimento	0.0008 (2.04)**	0.0005 (2.11)**
Agregado	-0.1317 (-2.98)**	-0.5308 (-1.75)
Sem empregado formal	2.0396 (2.13)**	0.4475 (0.67)
Empregado, deseja aumentar seu rendimento	7.1389 (7.20)*	0.3690 (0.64)
Receio de represálias sociais	5.8433 (7.80)*	1.3888 (2.03)**
Funcionário do Estado	5.8705 (8.83)*	0.2323 (0.68)
Invisto em bens de luxo e recreio	4.8475 (18.99)*	5.4694 (24.00)*
Recurso a associação: uma vez	5.8149 (23.21)*	0.74610 (3.41)*
Produtos frescos	0.3572 (1.30)	1.0211 (4.82)*
Bebidas	0.1873 (0.50)	0.59490 (2.31)**
Três vezes por semana	-0.9312 (-1.54)	-1.631 (-3.71)*
No sector informal da África do Sul	-0.2273 (-0.42)	-5.0981 (-19.23)*
Consciência Individual (valores éticos e morais)	0.5311 (1.89)	0.6171 (3.45)*
Athro		0.2568
Rho		(1.68)
Wald test of rho=0:		0.251 2.6197 (0.1055)

\*Significativo a 1% \*\*Significativo a 5%

**TABELA 3: Percepções de redução da pobreza e criação de riqueza (não correlacionados)**

VARIÁVEIS	PERCEPÇÃO DE POBREZA	PERCEPÇÃO DE RIQUEZA
Constante	-1.0005 (-1.02)	-1.4315 (-2.07)**
Rendimento	0.0008 (1.99)**	0.0005 (2.09)**
Agregado	-0.1317	-0.5308

	(-2.85)**	(-1.71)
Sem emprego no sector formal	2.0396 (2.17)**	0.4475 (0.69)
Consciência individual	0.5311 (1.93)	0.6171 (3.42)*
Represálias sociais	5.8433 (0.00)	1.3888 (1.88)
Recurso a associação: uma vez	5.8149 (0.00)	0.7461 (3.19)*
Pressão social	0.7326 (0.16)	0.5081 (1.72)
Produtos frescos	0.3572 (1.22)	1.0211 (4.95)*
Bebidas	0.1873 (0.55)	0.5949 (2.37)**
Frequência com que levanta produtos na África do Sul: 3 vezes por semana	-0.9312 (-1.61)	-1.6317 (-2.91)**
Athrho	0.2568 (1.59)	
Rho	.2513082 .1508657      -.0587484 .5171443	
Likelihood-ratio test of rho=0		

\*Significativo a 1% \*\*Significativo a 5%

**TABELA 4: Percepção do mukhero como redutora da pobreza**

VARIÁVEIS	PERCEPÇÃO DE POBREZA
Constante	4.9317 (3.53)*
Honestidade	0.6982 (0.21)
Percepção de que a ilegalidade não compensa	-0.4969 (-1.43)
Xitique	6.5630 (9.57)*
Empréstimo recebido de amigo ou familiar	6.8672 (9.63)*
Empréstimo solicitado a uma instituição de crédito	6.7889 (10.12)*
Poupanças pessoais	7.7234 (9.37)*
Frequência com que levanta produtos na África do Sul: 3 Vezes por mês	-1.3375 (-2.31)**
Classificação das associações do sector informal: muito boas	-4.2967 (-3.89)*
Classificação das associações do sector informal: boas	-3.6959 (-5.95)*
Classificação das associações do sector informal: razoáveis	-3.2901 (-5.88)*
Classificação das associações do sector informal: más	-3.3795 (-5.35)*
Classificação das associações do sector informal: muito más	-4.5317 (-5.71)*
Ensino primário	-0.2580 (-0.61)
Empregado mas deseja aumentar	-6.6237

seu rendimento	(-6.91)*
Sem emprego no sector formal	-2.1773 (-3.53)*
Rendimento	0.0008 (1.95)
Agregado	-0.1233 (-2.52)**
Desempregado com micro importação como alternativa de sustento	-3.8056 (-6.98)*
Falta de instrução que o habilite a candidatar-se a um emprego no sector formal	-3.4207 (-5.24)*
Pressão social	-3.5999 (-6.05)*
Influência de familiares e/ou amigos	-3.4550 (-4.38)*
Outras actividades do sector informal	-3.4550 (-4.38)*
Log pseudolikelihood	-65.884404
Pseudo R2	0.2927

\* Significativo a 1% \*\*Significativo a 5%

## QUESTIONÁRIO

Meu nome é Andes Adriano Chivangue. Sou estudante do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Estou a fazer mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Este inquérito tem como objectivo principal fazer o levantamento de informação para a elaboração da minha dissertação cujo título é “Economia Informal e Pobreza”. A sua opinião é muito importante para a realização do trabalho e asseguro desde já a confidencialidade da informação que me fornecer. O preenchimento deste questionário poderá levar cerca de quinze minutos. Agradeço desde já a sua colaboração. Todas as respostas aplicáveis deverão ser assinaladas com “X”

\_\_\_\_\_ Date \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### A. Identificação Pessoal

1. Idade: \_\_\_\_\_ 2. Género: M  F  3. Estado Civil: Solteiro  Casado  Vive Maritalmente  Viúvo (a)  Outro

4. Profissão: \_\_\_\_\_ 5. Qualificações Académicas: \_\_\_\_\_

6. Situação Profissional:

Activo  Emprego (formal)  Sem emprego (formal)

Não activo  Estudante  Outro

7. Rendimento Mensal: Menos de MZN 855,00  Entre MZN 850,00 e MZN 1.000,00  Entre MZN 1.000,00 e MZN 1.500,00  Entre MZN 1.500,00 e MZN 2.000,00  Entre MZN 2.000,00 e MZN 2.500,00  Entre MZN 2.500,00 e MZN 3.000,00  Entre MZN 3.000,00 e MZN 3.500,00  Entre MZN 3.500,00 e MZN 4.000,00  Entre MZN 4.000,00 e MZN 4.500,00  Entre MZN 4.500,00 e MZN 5.000,00  Entre MZN 5.000,00 e MZN 5.500,00  Entre MZN 5.500,00 e MZN 6.000,00  Entre MZN 6.000,00 e MZN 6.500,00  Entre MZN 6.500,00 e MZN 7.000,00  Entre MZN 7.000,00 e MZN 7.500,00  Entre MZN 7.500,00 e MZN 8.000,00  Entre MZN 8.000,00 e MZN 8.500,00  Entre MZN 8.500,00 e MZN 9.000,00  Entre MZN 9.000,00 e MZN 9.500,00  Entre MZN 9.500,00 e MZN 10.000,00  mais de MZN10.000,00

8. Número de Pessoas sob seu encargo (Família): 1 a 5 Pessoas  5 a 10 Pessoas  Mais de 10 Pessoas

9. Recebeu alguma herança do seu pai? Sim  Qual é o valor? \_\_\_\_\_ Não

10. Tem algum membro no seu agregado, que vive há mais de dez anos consigo, na universidade.

Sim  Não

### B. Motivos que o levam a praticar o *mukhero*:

1. Desemprego com micro-importação como alternativa de sustento
2. Empregado, mas deseja aumentar seu rendimento
3. Falta de instrução que o habilite a candidatar-se a um emprego no aparelho do estado
4. Excessiva burocracia (barreiras à entrada) e elevada carga fiscal
5. Pressão Social envolvente
6. Influência de família e/ou amigos

### C. Que tipo de actividade exercia antes?

1. Funcionário do Estado
2. Trabalhador numa empresa privada
3. Pequeno empresário formal
4. Grande empresário formal
5. Estudava
6. Não fazia nada
7. Outras actividades

D. Há quanto tempo pratica o *mukhero*? \_\_\_\_\_meses \_\_\_\_\_anos.

E. Quantas pessoas emprega na sua actividade? \_\_\_\_\_

F. De que forma é feita a passagem pela fronteira?

1. Forma legal
2. Forma ilegal

### G. Se esta actividade não existisse optaria por:

1. Outras actividades do sector informal
2. Actividades do sector formal
3. Actividades ilícitas
4. Não faria nada (ociosidade)

### H. Que factores o influenciaram a optar por esta actividade e não por outras de carácter ilegal ou criminal?

1. Religião  2. Honestidade  3. Percepção de que a ilegalidade ou criminalidade não compensam   
4. Receio de represálias sócias  5. Consciência individual (valores éticos e morais)   
6. Outro  Especifique \_\_\_\_\_

**I. Acha que existe transparência no processo de selecção e preenchimento de vagas de emprego na Função Pública?**

1. Sim  2. Não  3. Outro  Especifique \_\_\_\_\_

**J. Na sua opinião, como acha que as vagas de emprego são preenchidas na Função Pública?**

1. Através da selecção baseada no mérito   
2. Através de laços de familiaridade existentes entre os candidatos e os que já lá estão   
3. Outro  Especifique \_\_\_\_\_

**K. Se tivesse uma oportunidade de trabalhar na Função Pública, aceitaria?**

1. Sim   
a) Porque meu rendimento seria maior   
b) Porque estaria protegido pela lei   
c) Porque trabalharia em condições de higiene   
d) Outro  Especifique \_\_\_\_\_
2. Não   
a) Porque meu rendimento seria menor   
b) Porque no informal estou liberto da burocracia   
c) Porque no informal sou patrão de mim mesmo   
d) Outro  Especifique \_\_\_\_\_

**L. As suas fontes de financiamento incluem:**

1. Xitique  2. Empréstimo recebido de um familiar ou amigo   
3. Empréstimo solicitado a uma instituição de crédito   
4. Poupanças pessoais  5. Outra  Especifique \_\_\_\_\_

**M. Os tipos de produtos que importa da África do sul são:**

1. Produtos frescos (batata, repolho, cebola, tomate, alho, couves, fruta, etc.): \_\_\_\_\_  
2. Diversos (leite, Cremora, Milo, óleo de cozinha, trigo, etc.): \_\_\_\_\_  
3. Loiça (artigos de plástico, porcelana, vidro, etc.): \_\_\_\_\_  
4. Produtos de beleza   
5. Roupas   
6. Bebidas

**N. A frequência com que levanta produtos na África do Sul é de:**

1. Uma vez por semana  2. Duas vezes por semana  3. Três vezes por semana   
4. Uma vez por mês  5. Duas vezes por mês  6. Três vezes por mês

**O. Na África do Sul, a sua mercadoria é comprada:**

1. Aos farmers bóeres  2. Nas grandes lojas (market)  3. No sector informal   
4. Outros  Especifique \_\_\_\_\_

**P. Qual é a influência do certificado de origem na sua actividade?**

1. Reduz o preço ao consumidor  2. Aumenta o preço ao consumidor  3. Não tem nenhuma influência   
4. Não sei o que é certificado de origem

**Q. Qual é a influência da produção nacional no preço dos produtos que importa da África do Sul?**

1. O preço dos bens importados baixa  2. O Preço dos bens importados aumenta   
3. Não tem nenhuma influência

**R. Entre a produção nacional e importada, qual dos dois os consumidores preferem comprar?**

1. Produtos importados da África do Sul  2. Produção nacional

**S. Acha que o mukhero ajuda a reduzir a pobreza?**

1. Sim  2. Não

**T. O que faz com o rendimento da sua actividade?**

1. Pago estudos e saúde do meu agregado  2. Reinvisto tudo na minha actividade   
3. Guardo os lucros no banco  4. Invisto em bens de luxo e recreio   
5. Comida e despesas caseiras diárias   
6. Outro  Especifique \_\_\_\_\_

**U. Paga algum tipo de imposto pelo exercício desta actividade?**

1. Sim  2. Não  3. Outro  Especifique \_\_\_\_\_

**V. Acha que as políticas públicas do país acomodam as actividades informais (ex. do mukhero)?**

1. Sim  2. Não

**W. Acha que está a ficar rico com o mukhero?**

1. Sim  2. Não

**X. Qual é a influência da associação dos operadores informais na resolução dos problemas que decorrem do exercício desta actividade?**

1. Muito boa  2. Boa  3. Razoável  4. Má  5. Muito má

**Y. Quantas vezes recorreu à associação dos micro-importadores para resolver problemas ligados ao exercício desta actividade?**

1. Uma vez  2. Entre duas a 5 vezes  3. Entre 6 a 10 vezes  4. Mais de 10 vezes

**Z. Acha que as associações dos operadores informais têm ligações com algum partido político?**

1. Sim  2. Não

**FIM**

**OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!**